

BRASIL AGORA

JOÃO PEDRO STÉDILE, EXCLUSIVO:

"GOVERNO FHC NÃO SEGURA A REFORMA AGRÁRIA"

Páginas Centrais

O líder do Movimento dos Sem-Terra sustenta, em entrevista a nossos repórteres, que:

1. Pressionado pela sociedade, o Palácio do Planalto já não pode tratar a questão da terra como um problema marginal. Por isso caiu o fazendeiro que chefiava o Incra;
2. O MST não abre mão das ocupações de latifúndios. Enganam-se os que esperam que elas diminuam, após as conversações com o Executivo;
3. Os assentamentos rurais são uma saída barata e eficiente para enfrentar a miséria no Brasil e restituir a dignidade de milhões de excluídos;
4. A esquerda precisa declarar guerra ao governo FHC e ao projeto neoliberal

POLÍTICA

Governo quer sepultar debate sobre crimes da ditadura

Pág. 5

EDUCAÇÃO

Um encontro em Minas Gerais dissecou os planos do neoliberalismo

Págs. 6 e 7

POLÊMICA

De Gorender a Tarso Genro: "globalização deslumbrou a nova esquerda"

Pág. 11

MUNDO

Livro de Igor Fuser retrata o México em sua encruzilhada histórica

Págs. 14 e 15

CULTURA

São Paulo prepara homenagem à vida e obra de Mário Schenberg

Última Página

Especial: Brasil
Agora abre o debate
sobre seu futuro
págs 12 e 13

CARTAS

CORREIOS
BRASIL
SÉRIE A
1.º PORTE NACIONAL



REFORMA AGRÁRIA JÁ!

Em nome das CEBs e do grupo de apoio aos Sem-terra, quero dizer que estamos juntos, e que não temos palavras suficientes para exprimir nossa revolta e nojo em relação ao governador de Rondônia e demais autoridades que tentam justificar o massacre de Corumbiara. Na cidade e no campo, queremos reforma agrária já. Queremos justiça!

Ivanilde T. Jardim, da

Comunidade Eclesial de Base D. Oscar Romero, São Paulo-SP

Na madrugada de 28 de agosto, 70 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam pela terceira vez a fazenda Porto Feliz, no município de Santa Vitória (MG). A fazenda é de propriedade do estado de Minas Gerais e está servindo a grandes fazendeiros desde 1963. Pequenos produtores obtiveram do governo um contrato de arrendamento, que não foi respeitado. A ação de jagunços, contratados pelos "proprietários", juntamente com a insensibilidade do juiz da comarca local e truculência da Polícia Militar não permitiram a permanência dos sem terra no imóvel. Duas ocupações anteriores foram reprimidas com violência.

A nova iniciativa visa mostrar à sociedade esta vergonhosa situação. O governador Eduardo Azeredo prometeu reaver terra para o Estado a assentar as famílias mas nada foi feito até agora. Os recentes massacres de trabalhadores, sem terra, ocorrido em Rondônia no Pará são um alerta ao governo à justiça e a política. Não sairemos da Fazenda.

Movimento de luta pela terra no Triângulo, MG

OBRA DE FLORESTAN

A obra teórica de Florestan Fernandes permanecerá como uma referência fundamental para os pesquisadores que buscam um conhecimento crítico e dialético sobre a sociedade brasileira. Para a esquerda socialista, a figura humana de Florestan é um luminoso paradigma — intelectual cuja radicalidade política e inte-

gridade moral permitiram a ele a lucidez de jamais se vergar ao poder e ao (enganoso) fascínio do modo de existência e pensar burguês. A grande imprensa omitiu um "pequeno fato" ocorrido no funeral de Florestan: Sob os acordes da Internacional, todos os presentes entoaram esta canção de solidariedade e de afirmação da fraternidade universal. O marxista e socialista Florestan foi dignificado em sua morte.

Caio Navarro de Toledo, professor de ciência política da Unicamp, Campinas-SP

Leitora e eleitora que sempre fui do professor Florestan Fernandes, com o qual me correspondia regularmente, lamento profundamente a sua morte. Tenho a impressão que, intelectualmente, fiquei órfã. Ao não aceitar o convite do presidente da República para tratar-se nos EUA, o professor pagou com a vida a sua coerência ética, política e intelectual.

Alice Soares Ferreira, S. Paulo-SP

SOBRE BRASIL AGORA

Recebi os exemplares do *Brasil Agora*. Obrigado. Estou à inteira disposição. Felicitações pelo trabalho no jornal.

Ricardo Antunes, professor da Unicamp, Campinas-SP

Como integrante da equipe responsável pelo "Info Brasil", uma das duas publicações nacionais existentes na Alemanha gostaria de agradecer imensamente pelos exemplares que vocês têm nos mandado do *Brasil Agora*.

O jornal tem sido ótima fonte de informação crítica sobre a realidade brasileira, proporcionando uma aproximação maior com a cena política do nosso país.

Felipe Tadeu, editor

Gostaria de me congratular com o leitor Luiz Roberto Lemos do Prado e fazer minhas as suas reivindicações feitas em carta publicada na edição 72. É ne-

cessário que o Brasil saiba que ainda existe gente digna neste país e que sabe governar sem roubar o dinheiro tão sofrido do contribuinte.

José Maria de Abreu Libânio, Teresina-PI

Tenho lido o *Brasil Agora* com mais frequência e ânimo. A qualidade dos textos e das matérias melhorou, e bastante.

Penso que precisaria um esforço para abordar temas fixos que ampliem o nosso universo de conhecimento. As notícias e o debate sobre o esporte, a cultura, a ecologia, as prefeituras do PT não podem ficar de fora do maior veículo de comunicação do Partido dos Trabalhadores.

O PT precisa de um jornal que fale para a sociedade, do ponto de vista crítico, e estes temas ajudariam a ampliar. Sem mais, minhas saudações petistas e de muita consideração. pois imagino como deve ser difícil fazer um jornal progressista.

Ernani Luiz D. Gragnanello, coordenador do PT na Macro-região de Campinas - SP

CONSOLIDADOR DE VELÓRIO

Contavam antigamente, nas rodas lá da roça, que esperto era quem matava um vizinho solitário no escureder e de madrugada chegava na casa do falecido consolando os familiares. Ninguém suspeitava do criminoso.

Os atuais proprietários do Plano Real são como consoladores de velório. Estão matando silenciosamente milhões de brasileiros mas, com inteligência e esperteza, consolam os familiares em meio a festas e campanhas promovidas pela mídia eletrônica. Todo este funeral completa-se com entusiasmas rezas nos templos enfeitados pelo grande lucro e capital. Mas do sangue e suor derramados inocentemente nascerá a verdadeira população brasileira e latino-americana.

Ricardo Camatti, Caxias do Sul-RS

ESTRATÉGIAS DO PT

Penso que a partir de agora todos nós petistas devemos trabalhar para eleger em 1996 o maior número possível de vereadores e vereadoras.

Acredito que para o Poder Executivo devemos escolher candidatos para disputar, sem no entanto estar em primeiro plano, a não ser onde já dirigimos a prefeitura. Nas demais cidades, caso ganhemos a disputa vamos encontrar apenas um caos financeiro, econômico e social.

Por isto tudo acho que não devemos lutar tanto pelas prefeituras e sim para mostrar, através das Câmaras Municipais e das organizações populares, qual é o nosso projeto. Isso permitirá que em dois ou três mandatos de nossos vereadores, deputados e senadores, o povo coloque nas prefeituras, governos estaduais e presidência da República os nossos candidatos e o nosso projeto.

Observação: onde o PT foi prefeitura, consertou as finanças, o econômico e parte do social e não foi reeleito. Por que? Será por causa dos meios de comunicação, tribunais de contas ou por nós mesmos?

Leopoldo Parisotto, Florianópolis-SC

PT NA TV

O Brasil é um catador de papel que faz pintura abstrata maneira em sua carroça. A imagem-síntese estava no programa do PT no horário gratuito do dia 14. No Brasil, as potencialidades, os sonhos, as possibilidades, os desejos são abstratos pintados numa carroça abarrotada de lixo concreto.

O mesmo lixo que serve para a sobrevivência de cada vez mais brasileiros.

Mas o Brasil também é uma avestruz de cabeça enfiada no chão. É guerreiro Zumbi. Preconceituoso, machista, moralista, violento e... beijeiro, esse Brasil. Contradição continental que

coube na telinha da TV, num programa político que se transformou em um dos melhores que já vi na televisão.

Não foi, como querem alguns, um programa para cinéfilos ou, como já li, um programa "cabeça". Pelo menos não no sentido pejorativo. Foi, sim, um programa com cabeça, apresentado numa televisão que não preza muito essa parte do corpo. Durante sua exibição, ficava pensando no estrago que uma democratização dos meios de comunicação faria à mesmice televisiva.

Além de tudo, resgatou a irreverência e deu um chute no traseiro do ranço, brincando com a gente mesmo, com o PT, com os petistas. Pedro Cardoso estava simplesmente genial como o anti-PT, o anti-Lula e Mercadante. Cristina Pereira idem como a Pentelha. Nada mais saudável, mais vivo, mais PT!

Os petistas que não gostaram, precisam, pensar sobre algumas coisas. Primeiro, a conjuntura não estará tão cedo razoável para que, só então, possamos realizar um programa que saia da sucessão de discursos.

Segundo, ser radical não é soterrar o pobre cidadão com montanhas de verdades e palavras-de-ordem. É identificar-se com ele, é mostrar que ele pode contar conosco para tirá-lo desse buraco em que as elites o meteram. E isso o programa fez admiravelmente bem, não de forma explícita, com palavras, mas com um olhar.

O programa do PT disparou o automático e correu para a frente da câmera para ser fotografado junto com o Brasil. Somente um partido que não tem medo de ser retratado ao lado desse país contraditório, que não maquia essa nação, que não lhe impõe poses ou retoca a foto, será capaz de compreender e comprometer-se radicalmente com seu povo.

Cláudio Schuster, secretário de Comunicação do PT-SC, Florianópolis

BRASIL
AGORA

CONSELHO EDITORIAL: ALÍPIO FREIRE, EDUARDO SUPLYCI, FREI BETTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, MARKUS SOKOL, MILTON TEMER, MYRIAN ALVES, PERSEU ABRAMO, PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, RAUL PONT, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, BRUNO MARANHÃO E ANTONIO MARTINS. DIRETOR: BRUNO MARANHÃO. EDITOR: ANTONIO MARTINS. REDAÇÃO: CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO E MYRIAM ALVES. DIAGRAMAÇÃO: FABIANO CIAMBRA E NILTON CESAR ZANELLI. PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES. ILUSTRAÇÃO: MARINGONI. COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: AION SEUERWERKER, FREI BETTO, JACOB GORENDER, JOSÉ GENÓINO, LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO, MOUZAR BENEDITO E RITA FREIRE. JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915. ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES. CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 - CEP: 01321-020 - SÃO PAULO TELEFONE: (011) 605-5088 FAX: (011) 605-5087

ASSINATURAS - COORDENADOR: LESTER AMARAL JR (011) 605.5090 ARACAJU: ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692 BELO HORIZONTE: ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 OU 222.3811 JOÃO PESSOA: ANA PAULA (083) 322.6747 FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 226.5311 MACÉJÓ: MARCELO NASCIMENTO (082) 221.5788 NATAL: MICHELINE (084) 221.5140 RECIFE: MARIA PURCINA (081) 222.1066 RIO DE JANEIRO: PAULO MORAN (021) 262.5863 OU 234.2003 SALVADOR: LUCINEI SOUZA (071) 398.0527 SÃO LUÍS: JOSÉ ARTEIRO (098) 243.1341 TERESINA: ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156 VITÓRIA: VANDA LÚCIA VIANA (027) 228.4881

BOLETIM NACIONAL

É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO PT

EDITORIAL

A FORÇA DA REFORMA AGRÁRIA

Movimentos no campo indicam o caminho para luta democrática

O Vietnã é aqui! Essa foi a sensação de todos os que assistiram ao vídeo do massacre de Corumbiara. O acampamento dos Sem Terra, destruído e calcinado pelo fogo, lembrava uma aldeia camponesa vietnamita no início dos anos 70, logo após os bombardeios de Napalm da aviação Norte-americana. As cenas de pessoas estrupradas nos hospitais e os relatos das atrocidades praticados pela PM e jagunços do latifúndio tem tudo a ver com o genocídio realizado pelos soldados yanques na guerra suja do sudeste Asiático. Gente obrigada a comer miolos e a beber sangue dos companheiros recém assassinados, revelam a semelhança dos cenários e o grau de monstruosidade daquela ação policial militar em Rondônia. O laudo policial reconheceu a existência de massacre em Corumbiara, confirmando os depoimentos que denunciavam o frio assassinato pelas costas de vários adultos e até de criança.

O impacto provocado pelo documentário e o ato de protesto das forças democrático-populares contra o massacre de Corumbiara e pela Reforma Agrária no dia 15 de setembro, em Brasília, levou, em audiência com a presidência da República, à cobrança da apuração e punição dos criminosos, bem como de medidas efetivas para o assentamento de famílias. Em seguida, multiplicaram-se como numa onda, as novas ocupações ocorridas nos últimos dias em vários estados da Federação.

A luta pela Reforma Agrária tomou a ofensiva. Além de revelar e denunciar a profunda crise econômica, social e ética que o país atravessa, essas ações políticas, mais ou menos articuladas, coloca-

ram o governo e suas forças de sustentação no canto da parede.

A reação da turma de FHC foi imediata. E no seu contra-ataque combinou duas linhas de ação aparentemente contraditórias. De um lado, adotou a truculência dos militares e da chamada comunidade de infiltração, ao acusar e buscar vincular alguns movimentos dos Sem Terras no Brasil à organização da esquerda armada peruana Sendero Luminoso. Por outro lado, assumiu uma postura progressista e reformista onde o presidente afirma o seu compromisso e o seu empenho em democratizar a terra e, propõe um pacto onde os Sem Terra suspenderiam as ocupações e o governo intensificaria o processo de democratização da terra. Essas duas linhas de ação aparentemente contraditórias são na verdade duas faces da mesma moeda, ou partes complementares de uma mesma estratégia política: derrotar a luta pela Reforma Agrária no Brasil.

A manobra de comprometer os movimentos de luta pela terra com o Sendero foi rechaçada e não colou, embora durante uns 10 dias tenha ocupado lugar de destaque no noticiário político nacional. Já a segunda linha de ação do Governo é mais perigosa: joga com a ingenuidade política de muita gente que se considera de esquerda, há muito tempo sonha com a ruptura de FHC com o PFL e acredita no seu realinhamento com o campo democrático popular.

Essa situação nos faz lembrar uma técnica exaustivamente utilizada pela repressão nos presídios do regime militar. Com métodos aparentemente antagônicos, o "torturador feroz" e o "torturador bonzinho" se revezavam diante do preso político. Mas

ambos buscavam o mesmo objetivo: quebrar sua resistência e derrotá-lo junto com a sua opção revolucionária. O militante firme e esclarecido entendia a farsa e era capaz de vencer aquele confronto desigual. Depois de fracassar na sua tentativa de desmobilizar as ocupações de terra, como parte de um movimento subversivo comandado de fora do país por uma organização armada - cujo prestígio se encontra em baixa no cenário latino-americano -, o governo precisa ser derrotado na sua artimanha estratégica de "torturador bonzinho".

Iludem-se aqueles que vêem na mudança do presidente do INCRA, ou nas rusgas recentes entre figurões do PSDB e do PFL, alguma mudança substantiva do governo na sua disposição de realizar a Reforma Agrária.

O que existe de concreto é uma grande preocupação do time de FHC com o aumento da capacidade de mobilização dos trabalhadores Sem Terra multiplicando suas ações no campo e com a crescente simpatia da população urbana por essa luta pela Reforma Agrária.

Vindos do interior do país, os ventos sopram em nossos ouvidos que a Reforma Agrária está se constituindo na grande força da luta popular. Seja pela sua dimensão maior de proposta que confronta a exclusão social, essência do neoliberalismo, seja porque ela pode, mais do que qualquer outra bandeira, articular na atual conjuntura a luta de massas no campo e na cidade com a atividade institucional dentro de uma perspectiva nacional. É preciso apostar nesse caminho. Ele tem futuro...

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

A democratização do Judiciário

Dos três Poderes da República, o Judiciário é hoje o que menos está submetido a órgãos de fiscalização e controle administrativos. Um dos princípios básicos da democracia consiste na existência de organismos de fiscalização e controle sobre os poderes públicos. Uma das funções principais do Legislativo é exatamente exercer esta fiscalização. Afinal de contas, na democracia representativa, o parlamentar representa a soberania popular e em nome dela deve agir. É preciso dizer que é de alçada do Legislativo, sim, fiscalizar ou instituir órgãos de fiscalização do Estado e, conseqüentemente, do Judiciário.

A motivação que me levou a apresentar a emenda do controle do Judiciário fundamenta-se numa concepção radicalmente democrática do Estado. A mais forte objeção levantada pelos Juízes consiste em afirmar que o controle administrativo fere a separação e a independência dos poderes. A teoria da "separação dos poderes", antes de significar uma independência absoluta dos três poderes, indicou a distribuição do poder em diferentes órgãos. Alguns estudiosos da Filosofia do Direito são enfáticos em afirmar que o poder Judiciário exerce, na essência, atividades executivas, e em casos específicos, atividades legislativas. Estes intérpretes apontam a existência de uma interdependência de funções entre os três poderes e não uma independência.

A emenda que apresentei, já acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) com algumas modificações, em síntese propõe o seguinte: Criação de Conselhos Federal, Estaduais e Distrital de Justiça. A função desses Conselhos consistiria em exercer a fiscalização e controle administrativos do Judiciário, mas sem interferir nas atividades jurisdicionais do mesmo. Isto é, eles não podem interferir nas sentenças dos Juízes e na aplicação da

Justiça. O Conselho Federal de Justiça teria a seguinte composição: 5 ministros indicados por cada um dos Tribunais Superiores; um Procurador da República eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público; um advogado eleito pelo Congresso Federal, vedada a indicação de parlamentar. Nos Estados e no Distrito Federal os Conselhos seriam compostos obedecendo o mesmo sistema do Conselho Federal. O mandato dos membros dos Conselhos seria de três anos, vedada a recondução. A CCJ retirou, no substitutivo, a expressão "controle externo" e vedou a indicação de membros dos Conselhos por parte do Congresso e das Assembléias.

Esta proposta parte do pressuposto de que o Judiciário não está acima ou fora do Estado. Pretender que o Judiciário tenha uma independência absoluta em relação ao Legislativo expressa uma noção antidemocrática do poder. O sistema democrático pressupõe, portanto, a distribuição e a interdependência dos poderes. Resguardada a autonomia funcional de cada poder, ela está, no resto, relativizada pelas relações dos poderes entre si e pela relação de cada poder com a sociedade. O Executivo, por exemplo, está submetido ao controle do Legislativo; o Legislativo se autocontrola por comissões de controle, CPIs, etc, e está submetido ao controle do Judiciário. As eleições periódicas, tanto no Executivo como no Legislativo, constituem eficiente mecanismo social de controle e de renovação desses poderes. Outra imensa tarefa que temos pela frente consiste na democratização da Justiça. Esta sequer é tocada no meu projeto. Mas ela é imprescindível se quisermos avançar na construção de um Estado democrático.

JOSÉ GENOÍNO - DEPUTADO FEDERAL PT/SP

NOSSA SENHORA APARECIDA NO LIXO

A 12 de outubro a Igreja católica celebra a festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Ela apareceu nas águas do rio Paraíba, em 1717. Os governadores de Minas e São Paulo seriam recebidos na Vila de Guaratinguetá. Mobilizados para trazer peixes ao banquete, Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedrosa passaram a noite em pescaria e só conseguiram apanhar, com sua rede, o corpo da imagem de uma madona. Em seguida, acharam a cabeça, de rosto negro. Então, a pesca tornou-se abundante, o que foi considerado um milagre.

Em pleno regime de escravidão, a mãe de Jesus tinha a mesma cor das mulheres escravas. Não era a rainha branca da Terra. Era a rainha negra do Céu, virgem e poderosa, símbolo de resgate da dignidade das escravas destituídas até mesmo do poder de protegerem o próprio corpo de estupro e violações. Enganam-se as feministas que, sobre Maria, lançam um olhar machista, de quem só vê o apelo à dócil submissão da mulher ao homem. Não fosse o culto a Maria, talvez a situação das mulheres estivesse, hoje, muito pior.

A primeira aparição está descrita no capítulo 12 do *Apocalipse*: "Um grande sinal apareceu nos céus. Uma mulher vestida com o Sol, tendo a Lua embaixo dos pés e sobre a cabeça uma coroa de doze estrelas (...) Ela deu à luz um filho, um varão, que irá reger todas as nações".

Neste século, Nossa Senhora teria aparecido em Fátima e Medjugorje, em Nova Friburgo e Niterói. Curioso que só aparece a pobres campônios, outrora para combater o comunismo e, agora, para salvar a Igreja dessas "modernagens", como dizia minha avó. Sonho com uma aparição de Nossa Senhora na assembleia dos metalúrgicos do ABC ou num assentamento de sem-terras, hoje satanizados como discípulos do Sendero Luminoso, argumento malévolo para justificar repressões e evitar a reforma agrária.

Maria, contudo, tem aparecido no lixão de Porto Alegre. Ali, mulheres louras, de olhos azuis, conversam em alemão enquanto catam, ao lado de mulheres negras, o que resta da mesa alheia. São ex-colonas favelizadas pelos "gênios" da Economia diplomados em Harvard e louvados pelo FMI e que, hoje, ocupam em Brasília gabinetes com ar refrigerado. São papeleiras que, num galpão de reciclagem, trabalham em mutirão pela própria sobrevivência. Uma delas conta:

"Quem nos ajuda a conservar nossa dignidade é Maria, mãe de Jesus. Ela, através de imagens suas, para ser em tudo igual a nós, vira lixo também. Aqui e ali, no meio do lixo, aparecem imagens suas, quebradas, que nós, com sumo respeito, amor e carinho, catamos com as mãos. Juntamos os pedaços, devolvemos essas imagens ao culto e à devoção. E sempre, de novo, o milagre acontece: Maria nos empurra para maior união entre nós.

Mãe Oxum, rainha dos rios, das fontes e das cascatas. Maria é venerada também pelos cultos afro-brasileiros. No mar, é Iemanjá. Para os índios andinos, é Pacha mama, a montanha que simboliza a Terra, nossa *mátria*. Para o Evangelho, é a mãe de Jesus que, prenhe, cantou no *Magnificat*: "O Senhor fez em mim maravilhas". Inusitada declaração de amor.

FREI BETTO, ESCRITOR

PT AINDA DEBATE NOVA EXECUTIVA

Diferenças políticas envolvendo a composição da nova Executiva Nacional do PT continuavam adiando, até o fechamento desta edição, a defini-

ção completa dos integrantes daquele órgão.

Brasil Agora publica abaixo dois textos sobre a polêmica. O da chapa

Socialismo e Democracia foi redigido para o jornal. O de Gilberto de Carvalho, integrante de *Unidade na Luta* foi escrito para o boletim *Linha Direta*

UM GRANDE DESAFIO

CHAPA "SOCIALISMO E DEMOCRACIA"

Neste momento crucial para a nação, quando a classe dominante aprofunda a miséria, a exclusão e a dependência e quando seguimos paralisados sem oferecer respostas, a construção do Partido dos Trabalhadores está diante de um grande desafio. Na indicação da Comissão Executiva Nacional (CEN), uma estreita maioria passou o "rolo compressor" na chapa que obteve 46% dos votos, lançando o PT numa profunda crise interna.

O 10º Encontro Nacional expressou a profunda crise por que passa o partido. O debate político precário, as resoluções insuficientes face às tarefas do momento e a dificuldade de conformar uma maioria clara acionaram um alerta vermelho.

Após o Encontro estabeleceu-se um processo de diálogo com o objetivo de construir uma direção coletiva onde todos os setores do partido pudessem efetivamente responsabilizar-se pelas tarefas de direção.

A partir dos números do Encontro a chapa "Socialismo e Democracia" propôs compartilhar as funções dirigentes reivindicando a secretaria geral, o que sinalizaria a unidade do partido e a vontade política coletiva de concentrar todas as energias na luta para derrotar o projeto de FHC.

A "Unidade na Luta" questionou o "perfil" dos nomes indicados, cobrando perfis "mais amplos" e com "representatividade social". Afirmaram que se caminhássemos nesta direção o acordo estaria próximo. Nossa chapa, apesar de questionar estes critérios, alterou sua indicação inicial e propôs o nome do companheiro Arlindo Chinaglia para a secretaria geral.

Na conclusão deste processo fomos surpreendidos com um grave endurecimento das negociações e com a alegação de desconhecimento de compromissos anteriormente assumidos.

Frente a estes acontecimentos manifestamos o nosso repúdio à pretensa proposta de "acordo" apresentada que rompia com a confiança política estabelecida.

Propusemos ao DN um debate acerca de critérios para a composição da CEN e que sua eleição fosse decidida na próxima reunião, visto que não era possível superar o impasse no curto espaço de tempo que ainda havia.

Definido que aquela reunião elegeria a CEN, reiteramos que os nomes da chapa "Socialismo e Democracia" seriam retirados e que não participaríamos do processo de votação. A Executiva incompleta recebeu 41 votos (dos 85 membros do DN) e 3 companheiros se abstiveram (Lula, Olívio e Fernando Ferro).

A condução dada à esta questão revela uma postura arrogante, uma disposição de excluir e impor vetos, de reduzir pela força as posições divergentes e de — rompendo com o acúmulo e o significado da proporcionalidade — tentar subverter o resultado do 10º Encontro.

Ao negarmos a ocupar cargos na CEN, demonstramos que não transigimos face a esse atentado à democracia partidária. Reafirmamos nossa disposição para o diálogo (como demonstra o quanto flexibilizamos — em nome do partido — de nossa proposta original) e a vontade de buscar um acordo, no entanto, ninguém no PT tem o direito de recuar transigindo com os princípios.

DADOS DA REALIDADE

GILBERTO CARVALHO, SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO PT

Na reunião do Diretório Nacional que elegeu a nova Comissão Executiva Nacional ocorreu um fato grave e inédito na história do PT: integrantes da chapa minoritária, Socialismo e Democracia, reagiram à não indicação do companheiro Arlindo Chinaglia para a Secretaria-Geral e boicotaram duplamente a eleição da nova CEN: não preencheram as oito vagas que, pelo critério da proporcionalidade, têm direito na CEN e consideraram-se "ausentes do plenário" quando a maioria do DN votou os que deveriam integrá-la.

Para compreender esse processo é preciso partir de dados da realidade:

1. Na Executiva anterior, com papéis invertidos, das 15 funções disponíveis, dez foram preenchidas pela maioria. Dos 13 dirigentes profissionalizados, nove eram da maioria. O campo minoritário colaborou naturalmente com a direção da época.

2. A proposta apresentada agora pelo campo majoritário atribui sete das 16 funções à chapa Socialismo e Democracia: as duas secretarias fundamentais da "máquina partidária" (Organização e Finanças), a Secretaria de Formação Política — cuja importância dispensa comentário — três secretarias de "massas" — Movimentos Populares, Lutas Antirraciais e Sindical (esta última compartilhada), além da 3ª Vice-Presidência.

3. Não houve quebra da proporcionalidade. No PT não há tradição de proporcionalidade qualificada. A chapa Socialismo e Democracia tem participação quantitativa e qualitativa.

4. Desde a primeira reunião de negociação o campo majoritário indicou o companheiro Cândido Vaccarezza para a Secretaria-Geral.

Por trás de um discurso que tenta "politizar" falsamente a questão, há um veto explícito ao nome de Vaccarezza. O campo representado por esse companheiro fez um movimento decisivo para a composição da atual maioria, que elegeu José Dirceu e quer retomar mobilização efetiva do Partido na oposição ao governo neoliberal de FHC, reabrir o debate sobre a construção de um projeto socialista, a ligação efetiva — e não na oratória — com os movimentos sociais e a diminuição do internismo.

Havia posições, no campo majoritário, favoráveis à indicação de Arlindo Chinaglia para a Secretaria-Geral, mas, em sua grande maioria, os integrantes desse campo decidiram manter Vaccarezza nessa função.

Todos lamentamos o impasse que impediu a eleição completa da CEN. Mas não é admissível questionar a legalidade e a legitimidade da Executiva eleita; foi uma decisão livre da maioria dos integrantes do DN, apesar da tentativa de retirada de quórum.

O acordo construído sobre a maioria dos pontos do programa deve ser a base do debate político e da vida partidária. Por isso, não aceitamos declarações de companheiros que distorcem os fatos e tentam dividir o Partido entre os que se consideram guardiães da ortodoxia partidária e os "outros" acusados de romper com os princípios partidários fundamentais.



Ao longo de 15 anos, militância e apoio popular ao PT foram decisivos para manter uma esquerda forte no Brasil. Disputa pela direção do partido poderá ameaçar esta conquista?

"DESAPARECIDOS" POLÍTICOS

DEMOCRACIA PELA METADE

O projeto de "reconhecimento" dos desaparecidos revira as dores das vítimas da ditadura mas poupa o Estado que praticou os crimes

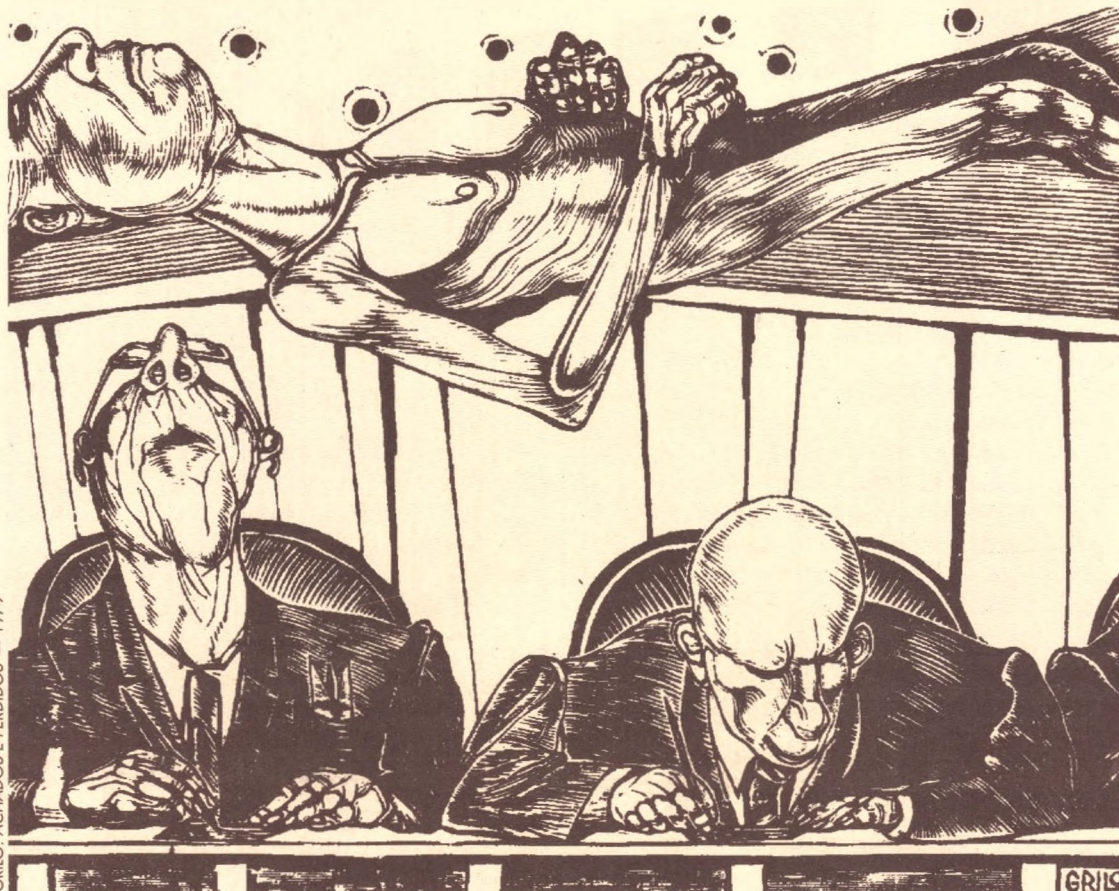
O projeto do governo FHC que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte dos desaparecidos políticos do regime militar até 1979 e indeniza as famílias foi anunciado solenemente em julho. A Rede Globo retirou do seu baú uma reportagem de Caco Barcelos feita em 1990 sobre a vala clandestina de Perus, o local onde corpos de presos políticos foram depositados há duas décadas. As chamadas insistentes no horário nobre trataram de produzir uma pseudo-unanimidade nacional em torno do projeto.

O governo quer escapar de uma pergunta incômoda: como desapareceram os desaparecidos?

As queixas de familiares, a figura de Dona Helena na telinha, uma mãe que aos 76 anos não teme saber o que foi feito da vida ou do corpo de seu filho, também foram tratados como pormenores. O governo, em nome da União, fez sua mea culpa aceitando, com ar de solidário, que familiares e amigos revirassem publicamente as entranhas de suas dores. Desde que ele mesmo, Estado brasileiro, fosse poupado de revirar as suas: as circunstâncias das mortes não serão investigadas.

Não serão contemplados os familiares de militantes cujos corpos foram encontrados ou devolvidos, ou que, conforme a versão do Estado, morreram em combate. Ficam de fora mais de duzentas vítimas da ditadura, entre elas personagens como Carlos Mari Ghella, morto em 1969 e Carlos Lamarca, morto em 71. Também estão excluídos os que desapareceram após 79, ano da promulgação da Lei da Anistia, o que poderia deixar expostos criminosos e torturadores não anistiados. E com estas ressalvas ao agrado dos setores militares, tentou-se jogar uma pá de cal sobre um assunto, na verdade, insepulto.

A pergunta da qual o governo procura escapar é antiga, é justa, e é clara: como foi que os desaparecidos desapareceram? A resposta, que inclui crimes ainda não proscritos e nomes ainda preservados, está enfiada nos guardados do Exército, arquivos secretos e histórias que vinham ficando cada vez mais vulneráveis por duas razões: os parentes dos que foram



GRILLO: ACHADOS E PERDIDOS — 1979

silenciados pela repressão não cansaram nunca de falar. E o país vinha dando sinais cada vez mais claros de interesse por rever sua própria história.

O país vinha dando sinais claros de que exige conhecer sua própria história.

Recentemente, familiares e antigos militantes chegaram a se surpreender com o público jovem que somou-se aos convidados para a estréia do curta-metragem premiado do diretor João Godoy, "Vala Comum". Na tela, sacos plásticos envolvendo ossadas amontoadas eram retirados da vala ao som de um "hit parade" da ditadura: "ninguém segura a juventude do Brasil". Em contracena, mães, irmãos, companheiros, falavam de jovens brasileiros desaparecidos, alguns deles sob aquele monte de terra que começava a ser removida.

Já são cinco anos desde que a vala de Perus foi localizada e aberta pelo governo de Luiza Erundina em São Paulo. De lá pra cá, além de corpos de ex-militantes, a vala de Perus não parou de expor os porões da repressão. Uma CPI municipal em São Paulo enfilei-

rou, como depoentes, ex-torturadores, colaboradores, médicos legistas e agentes do DOPS e DOI-CODI, além de vítimas, parentes e testemunhas das atrocidades. Laudos falsos do Instituto Médico Legal, que acobertaram a tortura e os nomes de pessoas mortas, apareceram aos montes e tornaram-se públicos. Sob intensa pressão dos familiares, a Polícia Federal do governo Collor teve que devolver, para serem abertos em São Paulo, os arquivos do DOPS que o ex-delegado Romeu Tuma tinha se encarregado guardar e esconder. Foram depois devolvidos os arquivos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e, agora, os de Goiás.

De uma forma ou de outra, as chagas da repressão têm sido mais de perto vasculhadas. Está no prelo um livro dedicado a contar até o possível a história das mortes e dos mortos da ditadura, cuja edição tornou-se possível graças ao governo de Pernambuco. Também o CRM- Conselho Regional de Medicina de São Paulo resolveu bancar a apuração de denúncias contra médicos conhecidos como Harry Shibata e Isaac Abramovich, em cujos currículos está a colaboração com o regime militar e a as-

sinatura de laudos falsos. Além disso, nomeações de ex-integrantes do aparato repressivo para cargos públicos vinham sendo cada vez menos toleradas pela opinião pública.

As cobranças sociais, particularmente impulsionadas pela Comissão de Familiares de Presos e Desaparecidos Políticos e pelos Grupos Tortura Nunca Mais não tardariam a colocar em xeque o atual presidente da República. A despeito da acomodação, em seu governo, de antigos aliados do regime militar que ele mesmo combateu, sua trajetória política e pessoal lhe reservava o dever moral de, pelo menos, advogar em favor de uma causa que já foi a sua.

De uma forma ou de outra, as chagas da repressão têm sido mais de perto vasculhadas

A resposta do governo pode até ter sido bem recebida por alguns dos que cobraram a sua memória, e se dizem cansados de conviver com a mágoa e o ressentimento. Mas para a maioria dos familiares, foi uma resposta tímida, cheia de senões e exclusões. Ou seja, covarde. Seu projeto tem o mérito de formalizar o que já estava ób-

vio para a sociedade: o Estado barbarizou e matou inocentes. A solução indenizatória, que aliás já tinha sido aventada no governo anterior, pretende ser um ressarcimento simbólico, que resolve juridicamente parte do assunto polêmico. Mas politicamente, o governo não permitiu uma vírgula sequer que reconhecesse o direito de familiares à localização do paradeiro de seus mortos. O problema é que, para esta busca, não há cansaço possível.

As cobranças sociais não tardariam a colocar em xeque o atual presidente da República.

De julho pra cá, as esperanças foram depositadas no Congresso. Algumas emendas ao projeto, formuladas pelas famílias e introduzidas por deputados como Nilmário Miranda (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, poderiam mudar o modo carrancudo e silenciador com o qual o Brasil lida com seu passado. Entre elas, a extensão da lei aos que morreram fora das dependências da repressão, mas por ação desta. Ou os desaparecidos pós-79. Ficariam assegurados o tratamento igualitário e a investigação de circunstâncias históricas em que ocorreram as mortes — um direito tanto das famílias quanto da sociedade. Mas, assim como o governo, o Congresso deixou-se acuar por uma velha componente do poder no Brasil: a impunidade. A despeito das peregrinações de familiares, das negociações com partidos, e de compromissos assumidos por lideranças, o texto do projeto permaneceu intocado.

Se o Senado seguir a mesma orientação restará, para as famílias, debaterem-se com os limites da nova lei. A inclusão de novos nomes na lista oficial de vítimas exige um desfilar de ações, documentos e provas que terão que ser organizados caso a caso. Politicamente, essas famílias e suas perguntas continuarão se fazendo ouvir. Seus filhos e filhas, parentes e companheiros protagonizaram, com suas vidas, a defesa da sociedade brasileira contra a ditadura. São nomes e memórias que a Nação, mais que indenizar, precisa resgatar e honrar. Não há como reconhecer suas lutas negando-lhes ao mesmo tempo a devida explicação de suas mortes.

RITA FREIRE, JORNALISTA

POR DENTRO, PÃO BOLORENTO

Pesquisadores reunidos num congresso científico em Minas Gerais desmascaram o conteúdo retrógrado dos planos do governo FHC para o ensino

A resistência às medidas neoliberais na educação ganhou mais uma frente: a pesquisa educacional na universidade. Reunidos em Caxambu (MG), de 17 a 21 de setembro, na 18ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), estudantes, professores e pesquisadores debateram com representantes de entidades sindicais o agravamento da crise do ensino brasileiro em consequência das medidas do governo FHC. O prato forte do encontro foi a análise detalhada dos “planos” apresentados por um representante do Ministério da Educação (MEC), que compareceu à abertura dos trabalhos.

A escolha do tema central — *Poder, Política e Educação* — pela direção da ANPEd refletiu a tensão com que pesquisadores, estudantes e professores em educação estão vivendo na universidade diante da política de redução de verbas públicas e da eliminação de bolsas para pesquisa. A compreensão da dura realidade dessas medidas jogou por terra as últimas ilusões de parte dos que ainda acreditavam nas promessas do presidente “intelectual”.

O pesquisador argentino contesta: onde o ministério escreve eficiência, deve-se ler segregação dos pobres

A grande expectativa da reunião concentrou-se na mesa-redonda *Políticas de Educação no Brasil nos anos 90: perspectivas*, realizada no dia 18. O expositor era Célio da Cunha, representante do ministro da Educação. Professores, estudantes e pesquisadores especialistas em educação realizaram uma dura sabatina, mas Célio da Cunha procurou fugir do debate, defendendo com fala mansa o projeto educacional do governo. Embora se mostrasse aberto ao diálogo, suas colocações não admitiam a alteração do projeto educacional do governo, mas apenas sugestões para seu melhor encaminhamento. Célio da Cunha sintetizou, para um anfiteatro lotado, o projeto educacional do Ministério da Educação: o governo reconhece



O corte de verbas arrasa as condições de ensino. Na foto menor, o representante do MEC fala em “modernidade”

a prioridade do ensino de 1º grau, dá ênfase à autonomia da escola junto à comunidade — com a redução do papel executivo do MEC —, à modernização da gestão escolar e à utilização de modernas tecnologias educacionais. O sistema de financiamento da educação poderá sofrer alterações a partir de uma revisão constitucional das relações entre a União, os Estados e os municípios.

O discurso do representante do ministro foi contestado em vários debates ao longo da reunião. Pablo Gentile, da Universidade de Buenos Aires, analisou a transmutação do velho discurso oficial dos governos neoliberais na América Latina em novas palavras, extraídas do discurso da esquerda, como *autonomia, descentralização, municipalização, autogestão*. Gentile explica: “Essa absorção é uma armadilha. Precisamos entender que quando um Bresser Pereira fala em *publicizar*, está ok em *privatizar*. O neoliberalismo quer descentralizar e modernizar para privatizar e elitizar a escola pública. Seu alvo principal é o mercado. A escola deve ser mais ‘eficiente’ para selecionar aqueles trabalhadores mais capacitados para ocupar um posto de trabalho”.

O neoliberalismo procura inverter o sentido de outras teses progressistas, revelaram outras intervenções feitas durante a reunião. Com relação à *autonomia* da universidade, Tomás Aroldo da Mota Santos, vice-presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino) e reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, denunciou a alteração das tarefas clássicas da universidade em benefício de empresários. Primeiro o governo reduz de forma brutal as verbas das universidades públicas, explica ele. Em seguida, aconselha a buscar formas “autônomas” de financiamento. Em muitas universidades, convênios firmados com empresas particulares garantem a complementação de salários, mas colocam o ensino e a pesquisa a serviço dos interesses particulares das grandes corporações.

Representante dos reitores diz: autonomia dos conservadores significa subordinar a escola às empresas

Quanto à suposta “prioridade para o ensino básico”, o presidente da ANPEd, Neidson Rodrigues afirma: “A política

educacional do governo é deixar sem pai o 2º grau e sem casa o ensino superior”, referindo-se às medidas de desvalorização crescente do ensino médio.

O caráter eminentemente “produtivista” do projeto educacional do governo FHC pode ser entendido através de afirmações de Célio da Cunha, como: “O país não está preparado para atender à entrada em massa de alunos do 1º para o 2º grau, nem para o 3º grau. Esperamos flexibilizar este fluxo para o ensino médio com cursos profissionalizantes do tipo Senai, Senac, programas de televisão e dando autonomia para as escolas técnicas”. Paul Singer, professor da USP convidado a abrir os trabalhos da ANPEd, sustenta que esta visão conduz à elitização da escola pública e, conseqüentemente, à exclusão de uma grande parcela da população. Singer explica que para os “produtivistas”, educar consistiria em desenvolver as habilidades dos alunos para entrar no mercado de trabalho. Para isso, a escola pública deveria estimular a competição desde a sala de aula, abandonando a certeza de que todas as crianças e jovens terão uma vaga garantida pelo Estado.

Finalmente, o discurso oficial é totalmente desmascarado

quando se defronta com as condições de trabalho e salariais dos professores. Como “modernizar” e “melhorar a qualidade do ensino” se não se toca, nem de longe, no aumento salarial e em políticas de formação dos profissionais em educação? “A grande novidade do governo FHC é a aposta na valorização nos meios de comunicação. É a escola parabólica, cujos artefatos tecnológicos são colocados no lugar do professor e da própria escola”, afirma Gaudêncio Frigotto, vice-presidente da ANPEd.

Paul Singer denuncia: plano é acabar com garantia de ensino para todos, e levar alunos a competirem entre si

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil, e o representante da ANDES, Luís Mendes, defenderam a necessidade de desenvolver a luta e a organização dos professores, com movimentos grevistas se necessário, mesmo que sejam chamados de “corporativistas”. “A CNTE e a ANPEd são amigos da mesma luta, de socialização do conhecimento e do direito ao ensino. Aqui não opomos conhecimento a movimento, pois o conhecimento é o elemento próprio da nossa categoria”, disse Carlos Augusto.

A presença de uma entidade sindical numa reunião de caráter acadêmico é sinal do avanço das lutas dos trabalhadores, como explica o pesquisador inglês Michel Young: “Na Inglaterra, há um movimento de ampliação da pesquisa para fora dos espaços da Universidade. Na Alemanha, o maior sindicato dos metalúrgicos firma acordos com a universidade”. O estreitamento de laços entre as entidades sindicais e as de pesquisa científica foi acolhido calorosamente por um público que se colocou em pé e aplaudiu demoradamente o representante da CNTE na ANPEd. Ele se despediu dizendo: “Os professores têm uma coragem que assusta. Embora sempre ofendidos, não foram derrotados”.

A ESCOLA PLURAL DE MIGUEL ARROYO

Projeto inovador da prefeitura de Belo Horizonte renova idéia do ensino humanista e respeita raízes culturais dos alunos

Nem só de críticas aos planos neoliberais para a Educação viveu a 18ª Reunião Anual da ANPEd. Ao longo dos cinco dias que durou o encontro, pesquisadores, professores e estudantes debateram alguns projetos alternativos que procuram, em meio a dificuldades financeiras e teóricas, tatear caminhos para um ensino moderno e democrático. Entre as experiências discutidas, a mais marcante foi a da “Escola Plural”, desenvolvida pela prefeitura de Belo Horizonte sob coordenação do secretário adjunto de Educação, Miguel Arroyo. Iniciada há mais de dois anos, a aventura da “Escola Plural” criou alternativas concretas para enfrentar os problemas da repetência e da evasão da escola pública. Além disso, retomou a tradição da escola humanista e respeitou, desde o início, a cultura dos alunos.

Arroyo recusa-se a igualar professores a alunos. Mas desmonta as estruturas que massacram a criança

Arroyo, que falou no seminário *Ensino Fundamental*, conversou com o Brasil Agora. Explicou que seu objetivo foi, desde o início, retomar a luta pela democratização do ensino, que marcaram a década de 70, e levá-la à prática numa prefeitura democrática. O secretário adjunto rejeita a tentativa populista de igualar professores e alunos. Fria que “a escola é o espaço da civilização, lugar da vivência cultural, dos ritos, dos valores, da cultura nacional, dos sujeitos culturais. O professor, o adulto, retoma sua função de contador de histórias, de iniciador nos ri-

tos”. O mesmo Arroyo, no entanto, está preocupado em desmontar os mecanismos tradicionais que oprimem o estudante: “Não podemos mais conviver com a velha escola que funciona como um pau-de-sebo, onde as crianças se esforçam para chegar até o alto e mesmo com todos os sacrifícios não conseguem. A reprovação é uma forma de violência, separando as gerações de crianças, contra a socialização e o direito da criança viver com plenitude a sua própria idade”.

Para retirar o sebo da escola injusta, o projeto desenvolveu ciclos de aprendizagem de acordo com as idades: “Possibilitamos que a criança esgote a sua idade, num ciclo de aprendizagem, que não pode ser interrompida com a repetência. A avaliação só pode ocorrer no final de cada um desses ciclos. Deste modo, quebramos a seriação e constituímos para a educação fundamental três grandes ciclos, desde os seis anos de idade até os 14. Os currículos, os saberes, o coletivo de professores, os tempos e espaços são pensados de acordo com cada ciclo. O professor, nesta perspectiva, assume responsabilidades diferenciadas, aprendendo a lidar com novos conhecimentos,



Não à evasão escolar e à repetência: a experiência de BH rompe com a tradição da escola pau-de-sebo, onde as crianças se esforçam para chegar até o alto e não conseguem

MONICA ZARATINI/AE

desde os saberes científicos até os estéticos”.

O ensino básico é dividido em três grandes ciclos. A avaliação do estudante só ocorre ao final de cada um

A “Escola plural” serve-se do *culturalismo*, uma forma de recuperar as raízes culturais da nação e das comunidades, por meio das festas populares, juninas, festas nacionais, música popular, danças, brincadeiras, tradições ensinadas por pais e avós. Não interessa colocar flo-

res nas grades da escola, mas derrubar as grades para que a criança vivencie a cultura da cidade e que possa desenvolver a amizade entre outras crianças, adolescentes e adultos na própria escola. O espaço e o tempo da sala de aula são repensados para tornar a aprendizagem muito mais significativa. Há atividades entre alunos de outras séries, há atividades em outros ambientes, fora da rotina das carteiras. O currículo passa a ser alargado para conteúdos de um saber socialmente construído, como um direito que todo cidadão deve ter garantido. Quebra-se a idéia de disciplinas estanques e

trabalha-se com a interdisciplinaridade. Além do saber “científico”, “escolar”, a criança aprende o saber do cotidiano, por meio das próprias vivências, explica Arroyo: “Se nós estudamos preocupados com a consciência histórica, temporal, com a cultura tecnológica, devemos levar em conta toda a representação histórica, a memória acumulada por todas as idades. Com isso, os alunos estudam os vários saberes acumulados pela comunidade à qual pertencem, desde os saberes de construção da habitação, da alimentação, da natureza, da saúde, todos sabe-

res técnicos do cotidiano, constituindo o que chamamos de “museu da vida cotidiana”. O currículo também é alterado a partir da ênfase nas vivências estéticas como parte do saber. O aluno é visto como sujeito de emoção, de criação estética, de plástica, de técnicas diversas de criação - corporal, pictórica, musical, em todas as linguagens presentes na vida popular da tradição brasileira.”

Para defender a cultura das comunidades, festas populares e nacionais, música, dança e brincadeiras.

A participação do coletivo de professores e alunos na criação do conhecimento se dá por meio de projetos da escola: “A chegada da água na Vila, por exemplo, é um acontecimento importante para a vida das crianças. Trabalha-se a dimensão do espaço, da água na vida do homem, da saúde, do transporte, da higiene, da alimentação, até as experimentações estéticas, os mitos e ritos brasileiros que envolvem o elemento água.”

Breve passeio pela “Escola Plural”, a exposição de Arroyo demonstrou que é possível, mesmo nos tempos áspers do neoliberalismo, buscar alternativas de democratização do ensino e defesa da escola pública. Mais que isso, foi um convite para que os educadores progressistas a debatam e contribuam para superar a educação pública excludente e elitista. Como afirmou o professor Demerval Saviani, da Unicamp: “Nós sabemos o que fazer, é preciso debater e mobilizar para a construção de novas alternativas”.

CECÍLIA LUEDEMANN

O que é a ANPEd

Voltada para a pesquisa e o debate de temas ligados ao ensino, a ANPEd — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — congrega pesquisadores, alunos e professores. O palco privilegiado para estas discussões são as reuniões anuais, promovidas em distintos pontos do país.

Gaudêncio Frigotto, um dos vice-presidentes da ANPEd, conta que ela foi

fundada em 1977 no Rio de Janeiro, por coordenadores dos cursos de pós-graduação. Estava marcada pelo “forte movimento pela redemocratização da sociedade”. Em sua trajetória pela redemocratização da educação brasileira, assumiu a iniciativa de realizar na década de 80, junto com outras entidades, as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs). Foram marcos destacados na luta para debater novas políticas educacionais, recuperar o

papel do professor responsável pela dinâmica da escola e dar condições para a população ter acesso à cultura geral.

Dificuldades financeiras e políticas puseram fim à experiência em 91, explica Rita Amélia Vilela, Secretária Geral da ANPEd. A ausência das CBEs ampliou a responsabilidade da ANPEd com a apresentação de propostas para a educação brasileira. Na análise de Lucília

Machado, da UFMG, a ANPEd encontra-se tensionada por ser uma entidade de natureza acadêmica e estar servindo de espaço para discussões de caráter mais amplo. A saída, para ela, é aprofundar a interlocução com os sindicatos ligados ao setor, e reafirmar ao mesmo tempo as origens da entidade na luta pela democratização, agora contra o neoliberalismo na educação.

JOÃO PEDRO STÉDILE

"SÓ AS OCUPAÇÕES GARANTEM A REFORMA AGRÁRIA"

O principal líder dos sem-terra avisa que a luta contra os latifúndios continua, e aposta que os assentamentos rurais podem ser uma grande saída contra a miséria no Brasil

Não é fácil ver João Pedro Stédile, o dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) mais conhecido do público, nas páginas dos jornais. A "grande" imprensa não costuma abrir espaço para este líder popular que continua incentivando ocupações de terra e falando em resistência, numa época de ampla ofensiva ideológica dos conservadores, e de concessões da esquerda.

Além disso, o próprio MST ajuda a manter João Pedro distante dos flashes e dos holofotes. Um dos aspectos destacados da política de comunicação do movimento é uma espécie de anti-culto à personalidade. Mesmo quando partem de órgãos da imprensa popular, numerosos pedidos de entrevista dirigidos a este gaúcho de 42 anos e sotaque pronunciado são negados. O MST sugere aos jornalistas que ouçam outro integrante de sua coordenação, e frisa: "Todos falam em nome do movimento".

No último dia 30, abriu-se uma exceção. Num momento em que a cena política estava marcada pelas provocações lançadas pelo governo e pela imprensa contra os sem-terra, e pela troca do presidente do Inbra, João Pedro concordou em conceder a *Brasil Agora* a entrevista abaixo.

Há várias semanas o Movimento dos Sem-Terra não sai das manchetes dos jornais. O que isto revela?

Comprova que se agravou a crise social provocada pela política econômica do governo. Na agricultura, ela afetou, além dos trabalhadores rurais sem-terra, os pequenos agricultores em geral, o comércio, as prefeituras, a sociedade.

Nós continuamos a fazer, através de ações massivas, a nossa pressão pela reforma agrária.

E o governo ficou inerte, fez muito pouco. Nessas circunstâncias, nós percebemos que a sociedade brasileira começou a entender que a reforma agrária não era mais um assunto só dos sem-terra, mas um problema social e nacional. E, mais do que isso, que a reforma agrária poderia ser uma medida concreta para enfrentar o caos da agricultura e o desemprego, que atingem amplas camadas da população. Por isso é que nós viemos à tona.

"A mudança na direção do Inbra é vitória nossa. As mobilizações são o único meio de conquistar reforma agrária"

A nomeação do novo presidente do Inbra está sendo apreendida por boa parte da imprensa como sinal de que agora a reforma agrária vai deslanchar. O que você acha dessa interpretação?

As nossas ações e o apoio da sociedade à reforma agrária impedem que o governo continue dando tratamento marginal ao problema da terra. O fato de Fernando Henrique ter designado seu secretário particular para chefe do Inbra demonstra que o governo percebeu que a reforma agrária está no centro da luta política. Nós avaliamos essa mudança como um avanço nosso. Derrubamos o fazendeiro Brazílio de Araújo Neto, que controlava o órgão. Em relação ao futuro, temos duas observações. Como bons cristãos, somos devotos de São Tomé: só acreditamos vendo. E nunca abriremos mão da mobilização dos trabalhadores, o único meio de garantir reforma agrária.

"Houve quem achasse que iríamos parar com as ocupações, depois da audiência com FHC. Cairam do cavalo"

Dias antes de substituir o presidente do Inbra, o governo estimou uma campanha de provocações contra os sem-terra. Procurou vincular o movimento ao

Sendero Luminoso. Como você vê este aparente ziguezague?

Acho que o governo se sentiu acuado pela conjunção de vários fatores favoráveis à reforma agrária, o último dos quais foi o repúdio da sociedade ao massacre de Corumbiara. Além disso, o governo não tinha unidade nenhuma: cada ministro tinha uma política. O presidente tinha um discurso, o ministro da Agricultura outro e o do Planejamento um terceiro. No meio dessas contradições, os setores direitistas que ainda estão incrustados na "comunidade de informações", começaram a agir mais abertamente. Sabemos que nossos telefones são grampeados, que eles vigiam permanentemente os passos de nossas lideranças. A "comunidade de informações" plantou um suposto "dossiê" em algumas redações de jornais, que lhe deram acolhida. Tiveram uma vitória parcial: durante uma semana deslocaram o debate da reforma agrária para um terreno policial. Mas respondemos rápido, e conseguimos que tanto do chefe do SNI quanto o ministério do Exército desmentissem a existência do "dossiê", e até falassem a favor da reforma agrária.

"Já nos acostumamos com provocações. Podiam, nos vincular a grupos de esquerda em alta, como os zapatistas"

De certa forma estamos acostumados a essas provocações. Em 93, eles disseram que recebíamos treinamento de guerrilha em Cuba. Em 94 sustentaram que tínhamos centros de guerrilha nas nossas escolas de formação. Agora a reforma agrária entra em cena de novo, e eles plantam essa do Sendero. Como jornal de vanguarda, sugiro que *Brasil Agora* antecipe: nas eleições de 96 dirão que recebemos dinheiro do IRA, ou algum outro grupo de esquerda em baixa. Só lamentamos que não nos vinculem com os grupos em alta... Poderiam ao menos ter dito que somos amigos do Mandela, ou que gostamos dos zapatistas...

O ministro da Justiça disse que o governo não fará mais desapropriações onde houver ocupação de terra por trabalhadores...

O ministro Nelson Jobim é um quadro da elite conservadora. Foi ele quem preparou a proposta da Fiesp para emendar a Constituição. No Rio Grande do Sul, teve o apoio da UDR para sua campanha a deputado federal. Não surpreende que venha com essa arrogância. Protestei, numa carta ao presidente da República. Pedi que parassem com essa fanfarronice. Lembrei que, já em 1923, Rui Barbosa disse, num discurso ao Parlamento: "Os conservadores são engraçados: quando o povo exige seus direitos, negam-se a fazer mudanças, porque dizem que não se pode agir sob pressão. Quando não há pressão não fazem mudanças, porque acham que o povo está contente".

"O governo está mentindo sobre o número de assentados em 95. As contas incluem gente que está na terra há 20 anos"

Há uma polêmica sobre o número de assentamentos que o governo FHC fez até agora. O governo alardeia ora 14, ora 15, ora 17 mil. Que há de verdade nisso?

O governo está mentindo. Acho que a responsabilidade principal era do presidente do Inbra, que queria mostrar serviço. Estamos fazendo o levantamento com detalhes, estado por estado, para apresentar à imprensa. Já descobrimos que há vários truques nos números oficiais. Em Minas Gerais, por exemplo, eles falam em 600 famílias assentadas este ano. Só que incluíram na conta gente que estava há vinte anos na terra... Em São Paulo, o governo fala em mais 600 famílias. Na nossa conta, são 190.

O ministro José Serra sustenta que os assentamentos de trabalhadores rurais são muito caros, e quer reduzir pela metade as verbas destinadas a eles.



O Serra pode entender de avenida Paulista, de sinais de trânsito, de música clássica. Mas até os amigos dele sabem que de reforma agrária ele não sabe nada. Não vamos conseguir recursos do Tesouro para reforma agrária esperando a boa vontade dos governantes. Temos nossas próprias formas de pressão, dispensamos conselhos desse tipo de gente.

"Só o Serra não vê como os assentamentos são baratos. Com R\$ 15 mil há casa, trabalho e escola para 2, 3 pessoas"

Nos assentamentos, o governo gasta no máximo 15 mil reais por família. O valor inclui o custo da desapropriação, paga em Títulos da Dívida Agrária, e as despesas com infra-estrutura: estrada, luz elétrica, crédito para os assentados comprarem comida, no primeiro ano, comprarem o material de construção das casas e erguerem escolas.

Repare como é barato: com R\$ 15 mil você cria 2, 3 empregos por família. As pessoas começam a produzir e vão ter casa e escola, vão reorganizar suas vidas. Se ao invés de lutar pela reforma agrária esse mesmo sem-terra vier para a cidade, os custos se multiplicam. A casa mais barata do sistema de Cohabs custa R\$ 28 mil para o governo. É preciso acrescentar o preço da rua asfaltada, do esgoto, da água encanada, da luz elétrica — tudo isso só para o cara estar morando, estar vivo. Os investimentos para criar empregos nas cidades são exorbitantemente maiores. Segundo a FAO, por exemplo, são necessários 40 mil dólares para criar um emprego no comércio, e 70 mil na indústria. É por isso que a sociedade começa a

João Pedro Stédile, na sede do MST: "nossas ações e o apoio da sociedade à reforma agrária impedem que o governo continue dando ao problema da terra um tratamento marginal"

compreender que a reforma agrária é a única saída.

Está havendo um aumento substancial do número de ocupações em 95?

Não. Estatisticamente é o mesmo ritmo dos anos anteriores. O problema é que depois da audiência que tivemos com o presidente da República em agosto, algumas pessoas acharam que iríamos esperar de braços cruzados. Nós continuamos lutando. E foram feitas várias ocupações massivas, com grande número de famílias: no Pontal do Paranapanema, em Pernambuco, em Mato Grosso. Isso chamou a atenção da opinião pública. Coincidentemente, houve o massacre de Corumbiara. A sociedade ficou mais atenta, o que ajudou a segurar a polícia.

"No Pontal, onde estamos agindo, há áreas públicas invadidas por fazendeiros. A Justiça não os tira de lá"

Qual é o verdadeiro quadro da luta pela terra no Pontal?

Há uma situação *sui generis*, onde os papéis se invertem. Toda a região, que foi, fora a Mata Atlântica, a última reserva florestal de São Paulo, era de terras públicas, griladas nos últimos 40 anos. Griladas, inclusive, por grandes sobrenomes de São Paulo, como os Abreu Sodré e outras famílias. Na época da ditadura, esse grilo foi acobertado. No governo Montoro, o José Gomes da Silva, que era o secretário da Agricultura, começou a recuperar estas terras, que somam 400 mil hectares, através de ações na Justiça.

A novidade é que nos últimos dois anos o Poder Judiciário já deu sentença favorável ao Estado sobre 66 mil hectares. Cabe

agora ao governo pedir ao juiz que use força policial para tirar os fazendeiros de lá. Mas veja só: quando a ação é contra os sem-terra, em 48 horas o juiz dá o despejo. No Pontal, faz dois anos que os fazendeiros perderam, e até hoje nenhum foi despejado.

O setor do Executivo representado pelo PSDB parece interessado em aproximar a esquerda do Palácio do Planalto. Para o militante João Pedro Stédile, como a esquerda deve se relacionar com o governo FHC?

Com guerra. Nós temos de declarar guerra ao projeto neoliberal do governo, que está provocando a desgraça de milhões de trabalhadores. Devemos fazer grandes mobilizações de massa, organizar a classe trabalhadora para que ela defenda seus direitos e recupere suas conquistas. É preciso construir um grande movimento de massas, popular, sindical e político, envolvendo as organizações populares, a CUT, todos os partidos de oposição, e retomar a idéia de construir um novo projeto de desenvolvimento nacional. O plano do neoliberalismo e do PSDB é entregar o Brasil ao grande capital externo.

"Nos assentamentos, a mortalidade infantil é igual à dos países ricos. E as mulheres aprendem a enfrentar o machismo"

O que muda no comportamento do trabalhador do campo depois que aprende a lutar pela terra?

Nisso nós somos meio megalomaníacos. Achamos que um de nossos papéis é construir o cidadão no campo e resgatar a própria pessoa humana. O sem-terra sabe que, se não se organizar, vira um pária na nossa sociedade. É a organização, o trabalho coletivo, que lhe dá cara, voz e oportunidade para virar gente. Mais que grandes idealismos, talvez a maior contribuição de nosso movimento para a sociedade brasileira seja abrir a possibilidade de um novo tipo de desenvolvimento, uma nova forma do

trabalhador enxergar o seu papel.

As mudanças são assim como da água para o vinho, da noite para o dia — e já aparecem nas estatísticas. Uma pesquisa da FAO mostrou que a taxa de mortalidade infantil nos assentamentos no Brasil é de 15 por mil ao ano, uma taxa de país desenvolvido. Nas regiões Sul e Sudeste, em todos os assentamentos não morreu mais uma criança: nós eliminamos a mortalidade infantil.

"A esquerda deve decretar guerra ao governo FHC. O plano do PSDB é entregar o país ao grande capital externo"

Há outras mudanças do ponto de vista cultural e pessoal. As mulheres podem ir às assembleias votar, discutem com os maridos, brigam com os maridos. E olhe que, tradicionalmente, o camponês pobre é de um machismo visceral. Também avançamos no acesso ao conhecimento. Fizemos inúmeros cursos de educação formal. Temos vários programas, inclusive com o MEC, de alfabetização de adultos. Criamos um novo manual de alfabetização das nossas crianças, porque os tradicionais tentam ensinar usando palavras como *metrô*. O assentamento muda a vida das pessoas também do ponto de vista subjetivo. Infelizmente, a TV mostra os sem-terra quando acontece um conflito, uma tragédia, um enfrentamento.

Mesmo assim, já temos 55 cooperativas de produção agropecuária coletivas funcionando no Brasil inteiro. Algumas delas têm pequenas fabriquetas de queijo e até de roupa. No Paraná, uma das maiores ervateiras do Estado é do movimento dos sem-terra. No entanto, queremos lembrar que não queremos só ocupar terras e produzir. Queremos construir um Brasil diferente, onde os trabalhadores sejam donos também da riqueza que produzem.

ENTREVISTA A
ANTÔNIO MARTINS E
CÉCILIA LUEDEMANN

GOVERNO DO DF DINAMIZA ABASTECIMENTO



Contra atravessadores o bom, bonito e barato

O governo Cristóvam Buarque está resolvendo, com soluções simples, os problemas de abastecimento do Distrito Federal e garantindo, ao mesmo tempo, a compra da produção dos pequenos agricultores da região.

Ao assumir o governo do DF, o petista Cristóvam herdou a Sociedade de Abastecimento (SAB), uma empresa cheia de dívidas com fornecedores e em descrédito junto à comunidade. Apesar de praticar preços reduzidos, a SAB não oferecia variedade de mercadorias. Os consumidores nem chegavam perto. A nova diretoria da empresa, presidida por Maurício Garcia, partiu para uma política de retomada de crédito, pagando fornece-

dores em dia e regularizando o abastecimento da rede.

Compra garantida. Afinada com os planos do GDF, de direcionar a administração para o social, a SAB desenvolve o Programa Compra Garantida. Ela vai à pequena propriedade escolher os produtos hortigranjeiros para revendê-los em seus postos de venda, eliminando a figura do atravessador e garantindo melhores preços à comunidade.

Este programa atende 210 produtores que produzem 15 itens. Além disso, a SAB mantém o Programa de Verticalização da Pequena Produção, comercializando, no quiosque do produtor, os produtos fabricados pela agroindústria familiar. Este programa já atende cerca

Conjunto de iniciativas inovadoras fortalece empresa pública e aproxima produtores de alimentos dos consumidores

de 30 pequenos produtores, que oferecem à população 95 tipos de produtos.

Preços reduzidos. Outra alternativa de venda direta são os Mercados Volantes, que operam na periferia do Distrito Federal levando às comunidades gêneros de primeira necessidade a preços bem reduzidos. São quatro caminhões adaptados que percorrem cerca de 7.500 quilômetros por mês, atendendo a mais de três mil clientes. O mercado volante está presente também no Programa em Defesa da Saúde e da Vida, coordenado pela Secretaria de Saúde do DF, vendendo cestas básicas com 20 produtos a R\$ 23,00 e na Caravana da Economia, que é coordenada pela Ceasa (Companhia de Abastecimento S.A) e leva ao consumidor produtos de limpeza e gêneros alimentícios industrializados a preços bem abaixo do mercado.

Outro projeto alternativo, que está em fase final de estudos, é o sistema de Franquias SAB. A empresa fará parceria com as famílias interessadas em abrir seu próprio negócio, empregando na sua administração apenas a mão-de-obra familiar.

Brasileiros apóiam independência do Timor

O espaço cultural da Câmara dos Deputados sediou, em 25 de setembro, uma sessão solene destinada a reafirmar laços de solidariedade com a luta do povo de Timor Leste. Estiveram presentes à solenidade os representantes do Conselho Nacional de Resistência Timorense, Roque Rodrigues e Luis Cardoso de Noronha.

Em sua visita ao Brasil, os timorenses buscavam, além da abertura de uma representação de sua Resistência, sensibilizar o governo e conquistar seu apoio para a luta pela independência da região — ex-colônia portuguesa, hoje sob domínio da ditadura da Indonésia. A sessão foi convocada pelo deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) e teve como oradora a deputada Sandra Starling (PT-MG),

que fez um pronunciamento exigindo a imediata libertação de Xanana Gusmão, líder do povo timorense preso em Jacarta, capital da Indonésia, há mais de dois anos.

Riquezas cobiçadas. Situado no Sudeste Asiático, a 2 mil quilômetros de Jacarta, Timor Leste é um dos últimos redutos de língua portuguesa no Oriente. A riqueza mineral do país — que está entre os vinte maiores produtores de petróleo do mundo — é a causa do grande interesse de potências estrangeiras em impedir sua independência.

Desde que a Indonésia ocupou o território, em 1975, a Anistia Internacional relata constantes desrespeitos aos direitos humanos na região. Cerca de 200 mil timorenses, quase um terço da popula-

ção, morreram na repressão ao movimento de independência.

A adoção de um posicionamento mais enérgico por parte do governo em favor da independência de Timor Leste foi defendida pela senadora Benedita da Silva (PT/RJ), que dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique e ao ministro das Relações Exteriores. O timorense Roque Rodrigues criticou o governo FHC por adotar posição tímida em relação à disputa de seu país contra a Indonésia. Avaliou que os interesses comerciais do Brasil com esse país são a causa da hesitação. Rodrigues também encontrou-se com o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e com os governadores do Distrito Federal, Critovam Buarque, e do Espírito Santo, Vitor Buaiz.

PT APRESENTA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA

O Projeto de Reforma Fiscal e Tributária do PT foi apresentado à imprensa no dia 2 de outubro, em Brasília, pelo presidente nacional do Partido, José Dirceu. Ele destacou a progressividade do imposto sobre renda, ponto marcante do projeto, que se enquadra na proposta do partido de lutar por distribuição de renda no país.

Dados de 1990 (últimas informações oficiais disponíveis) demonstram que 50% dos que trabalham recebiam 12% dos rendimentos, enquanto os outros 50% arrebatavam 88%. Com estes números, o Brasil vem sendo freqüentemente citado em estatísticas internacionais como o país de maior concentração de renda no mundo.

A proposta de progressividade busca inverter a transferência direta de renda das camadas mais pobres da pirâmide social brasileira para as camadas mais ricas. O projeto do PT propõe a criação de várias faixas de alíquotas de desconto do imposto de renda, que ficariam entre 5% e 50%. A primeira incidiria sobre salários superiores a R\$ 800 (5% ao invés dos 8% vigentes) e a última sobre renda superior a R\$ 15 mil.

O deputado Celso Daniel (PT/SP), coordenador do Núcleo de Reforma Tributária da bancada petista, apresentou os demais pontos do projeto. Entre eles, a mudança do status da Secretaria da Receita Federal, que seria vinculada diretamente à Presidência; a implantação imediata do Imposto sobre Grandes Fortunas (que permitiria, através do cruzamento de informações, detectar sonegadores); e a progressividade obrigatória para impostos patrimoniais (IPTU, ITR). O projeto do PT menciona ainda a necessidade de um imposto negativo, ou renda mínima (uma complementação para os que recebem menos de dois salários mínimos) e de minimizar a regressividade do IPI e ICMS. O PT também propôs a manutenção do ITR (Imposto Territorial Rural) no âmbito federal, dando a este um caráter de progressividade no tempo para impedir o acúmulo de terras improdutivas e a especulação.

ESTADO NACIONAL E GLOBALIZAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS

Ao contrário do que pensa Tarso Genro, a necessária renovação da esquerda não se fará com propostas que afagam os ouvidos da direita.

Na resposta ao meu comentário sobre *Estado e globalização*, publicado neste jornal (nº 72), Tarso Genro se declara defensor do monopólio estatal do petróleo e do controle estatal das telecomunicações (*Brasil Agora*, nº 73). Não foi esta a posição que assumiu no artigo na "Folha de S. Paulo" de 18 de agosto passado. Neste artigo, o qual provocou o meu comentário, TG dá por completamente perdida a defesa dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações e propõe substituí-los pelo controle de fora do Estado, "... que só poderá retomar suas funções públicas combinando a democracia representativa com a gestão pela sociedade das suas empresas e de outras instituições do Estado". Assim é que pretensamente atenderíamos às exigências das novas características do Estado e à necessidade de sua democratização.

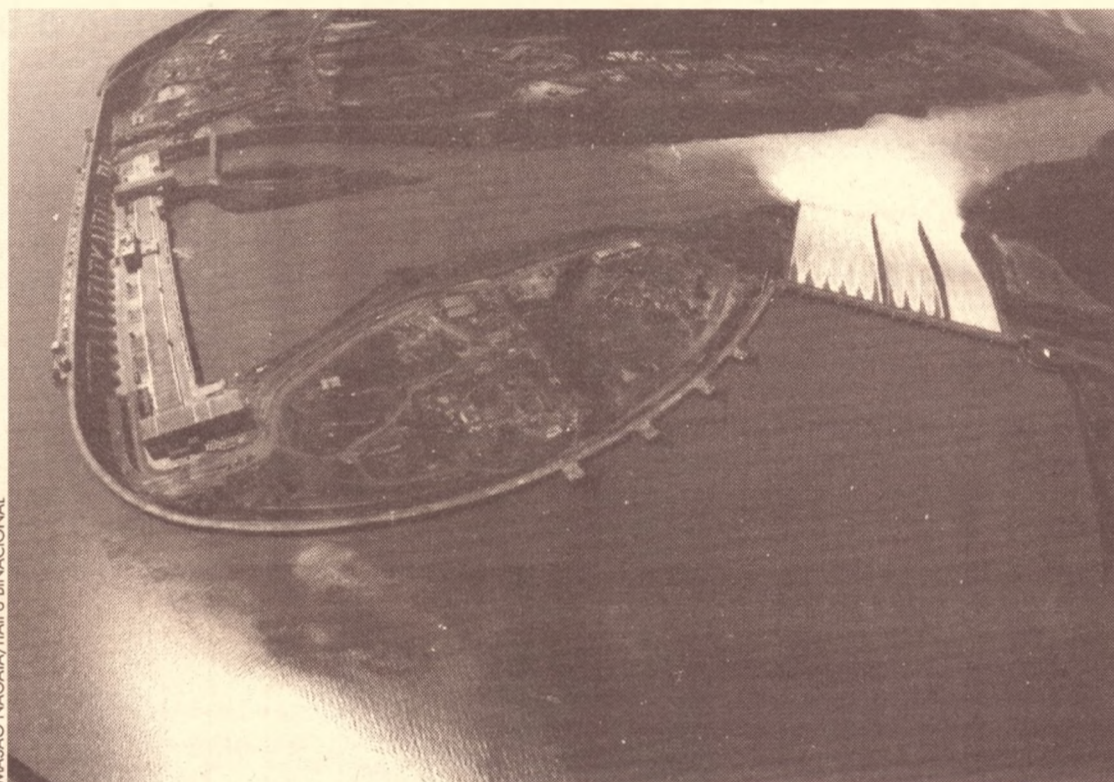
No caso do petróleo, a única alternativa ao monopólio estatal é o monopólio das "seis irmãs" imperialistas

Ora, cabe perguntar: que significa a proposta de "gestão pela sociedade" das atuais empresas de petróleo e telecomunicações senão sua privatização? Deve ser um segredo guardado pelo articulista este de empresas dos mencionados setores, que não são nem estatais, nem privadas, mas "sociais". No caso do petróleo, o mais típico, inexistente alternativa para o monopólio estatal senão a do monopólio privado (comumente sob forma de oligopólio). E monopólio privado pelas conhecidas "seis irmãs" imperialistas.

Acresce que a batalha em defesa dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações ainda não está terminada. Apenas se iniciou a luta pela submissão das emendas constitucionais a um referendo popular. Acresce também que a Petrobrás continua empresa estatal e esta condição precisa ser mantida contra previsíveis tentativas de sua privatização, as quais TG reforça antecipadamente através da proposta esdrúxula de "gestão" (sic) pela sociedade.

Não há dúvida, o articulista se manifestou a favor da eliminação de monopólios estatais estratégicos e, diante da crítica, deu o dito por não dito.

Antes de prosseguir, são indispensáveis alguns esclarecimentos a fim de desfazer vinculações despropositadas não tão sutilmente sugeridas. Combato o stalinismo desde há muito mais tempo do que TG. Nenhum



MASAO NAGATA/ITAIPIU BINACIONAL

Hidrelétrica de Itaipu, do Sistema Eletrobrás, que está na mira das privatizações: para Gorender, "seria grave erro engrossar o coro neoliberal e reivindicar a eliminação de órgãos do Estado surgidos de campanhas populares"

compromisso tenho com o nacional-desenvolvimentismo, cuja época histórica já está ultrapassada. Quanto ao controle social das empresas estatais, deixo de lado os regimes do antigo campo socialista que o impediam, não por motivos doutrinários, mas simplesmente porque sufocaram toda crítica democrática. Fora deles, ignoro qual a corrente marxista que proibiu o controle social de empresas estatais. É fácil polemizar contra um adversário do qual forjamos a imagem conveniente às nossas alegações.

TG argumenta com as minhas supostas insuficiências e confusões a respeito do estatal e do público, do Estado e da sociedade civil. A argumentação trabalha com o que eu não afirmo e com o que não deve ser inferido do que efetivamente afirmo, num texto espremido numa única coluna deste jornal. O propósito é o fundamentar a emergência da *nova esquerda*, deslumbrada com a globalização e infiltrada no cortejo carnavalesco do pós-modernismo.

De maneira alguma esgotei a questão do público somente no Estado, nem tampouco admiti separação absoluta entre Estado e sociedade civil. Aludi à esfera pública em que os cidadãos exercem diretamente (isto é, sem intermediação do Estado) funções

sociais, fora do âmbito estatal. Por conseguinte, o que é público nem sempre se situa dentro dos limites do Estado. Também na sociedade civil podem dar-se funções públicas. Existe mesmo uma esfera em que Estado e sociedade civil se confundem, como é o caso mais típico do poder legislativo, constituído pelos representantes de partidos políticos. Estes integram o aparelho de Estado nos regimes comunistas do Leste europeu, o que igualmente acontecia nos regimes fascistas. Nos regimes democráticos, os partidos políticos são organizações públicas da sociedade civil, porém é com os seus representantes que se estrutura um dos poderes do Estado.

Não tenho compromissos com o nacional-desenvolvimentismo. E combato o stalinismo há mais tempo que Genro

Quanto a funções reservadas ao Estado, mas transferíveis à iniciativa privada (a exemplo dos transportes coletivos e dos canais de rádiodifusão e televisão, citados por TG), trata-se de questão já há muito resolvida pelo direito burguês. Ainda recentemente, o prefeito Maluf privatizou a empresa

municipal de transportes coletivos de São Paulo. Não há aí nenhuma novidade. TG chove no molhado. Cumpre, todavia, indagar se o controle social inexistente com relação às empresas estatais, terá melhores condições lidando com essas mesmas empresas privatizadas. O otimismo, a respeito, parece excessivamente ingênuo.

A crítica ao estatismo — o qual atingiu o extremo totalitário com o stalinismo — não implica aquiescência à concepção liberal do Estado. Aliás, acerca da inconseqüência desta, basta ver que Roberto Campos, um dos liberais mais intransigentes, não encontra saída para as crises bancárias senão a da intervenção salvadora do Estado (*A relação custo-malefício*, artigo na "Folha de S. Paulo", 27-08-95).

Sabemos estar lidando com o Estado burguês e, pior ainda, com o Estado num país tão pavorosamente desigual quanto o Brasil. Rejeitamos a tutela do Estado, populista ou autoritária. Denunciamos seus abusos e sua corrupção inexaurível. Ainda assim, compreendemos que muitas medidas de interesse dos trabalhadores não adquirem caráter socialmente generalizado senão como legislação a ser aplicada pelo Estado. Ao mesmo tempo, tais medidas requerem o controle social vindo de baixo a fim de

ganhar caráter prático efetivo. Seria grave erro da nossa parte engrossar o coro dos neoliberais e reivindicar a eliminação de órgãos e prerrogativas do Estado, surgidos de campanhas populares e que permitem a defesa dos trabalhadores e da nação.

Há uma nova esquerda deslumbrada com a globalização e infiltrada no cortejo carnavalesco do pós-modernismo

Erro tão grave é o de não perceber que o processo de globalização, por ser um processo capitalista de desenvolvimento das forças produtivas, produz efeitos profundamente desiguais, ao fortalecer os Estados ricos e enfraquecer os Estados pobres.

Não falei em barrar a globalização, mas em barrar os seus efeitos favoráveis aos privilégios privatistas. Nesse sentido, é que preconizei fosse evitado o conceito de fatalidade. O próprio TG não consegue usar o adjetivo "fatal" senão entre aspas envergonhadas. A globalização, entendida enquanto mundialização da economia e da cultura, é irreversível. Porém seria erro imperdoável que, em nome da globalização, viéssemos a colaborar para o debilitamento do Estado nacional, numa época em que, nas relações internacionais, impera a ditadura de uma só superpotência, apoiada pelos sócios do Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7). O que nos cabe é responder energicamente à retórica neoliberal dos países ricos, a qual nos recomenda, a nós do Terceiro Mundo, a mutilação do Estado, tirando dele os elementos institucionais que significam ou podem vir a significar a defesa de interesses nacionais diante da prepotência dos países desenvolvidos e de suas megasempresas.

A globalização tem caráter objetivo. Ocorre, queiramos ou não. Mas isto não serve de argumento para renunciarmos à luta contra aqueles seus aspectos e efeitos, os quais são benéficos somente aos interesses do grande capital nacional e transnacional. A necessária renovação da esquerda não se fará com adesão a teses do neoliberalismo ou com propostas que afagam os ouvidos da direita.

Por último: embora agradecido, dispense o mestrado que TG me conferiu.

JACOB GORENDER,
HISTORIADOR E JORNALISTA,
PROFESSOR VISITANTE DO
INSTITUTO DE ESTUDOS
AVANÇADOS DA USP

APRESENTADO NOVO PROJETO PARA "BRASIL AGORA"

Graças a um grande esforço iniciado no primeiro trimestre deste ano, *Brasil Agora* está novamente de pé. Sua linha editorial está preocupada com o enfrentamento das grandes questões da conjuntura nacional — não para as pequenas disputas políticas internas. Cada edição atinge cerca de 12 mil assinantes — bem mais que qualquer outra publicação da “imprensa alternativa”.

Ampliam-se os espaços para as forças interessadas em resistir ao neoliberalismo, e conquistar respaldo entre o povo

Ainda que importantes, em vista da crise terminal que o jornal parecia viver há cinco meses, todos estes êxitos são poucos, diante das necessidades da esquerda e das possibilidades abertas pelo momento político atual. Após quatro meses de ofensiva incessante do governo FHC, a reforma tributária pífia apresentada pelo Executivo, o caso Dallari e a operação escandalosa para “salvamento” do Banco Econômico revelam que ampliam-se os espaços para as forças interessadas em resistir — e conquistar respaldo entre o povo. A vinculação impressionante de toda a “grande” imprensa ao projeto neoliberal indica que há espaço para um jornal claramente identificado com as bandeiras da oposição. O PT é o partido mais credenciado para impulsionar esta publicação.

Além da análise, a linha editorial precisa adaptar-se para incluir, cada vez mais, a reportagem e a notícia inédita

Encerrada a fase de “renascimento”, *Brasil Agora* deve preparar-se para se transformar em referência jornalística da luta contra o neoliberalismo. Sua linha editorial precisa adaptar-se para incluir, além da análise, cada vez mais a reportagem e a notícia inédita. Sua periodicidade deve passar a semanal, até o fim do ano. Sua tiragem necessita ser várias vezes superior à atual. Pode-se considerar a hipótese de lançar um informativo

eletrônico via Alternex, tanto para difundir rapidamente informações e análises inéditas quanto para formar uma rede de correspondentes voluntários no país e no exterior.

Os retrocessos sociais, econômicos e políticos que estão sendo impostos pelas forças reunidas em torno do governo FHC podem mudar para pior a face do Brasil. Nenhum jornal de resistência será digno deste título se não estiver disposto a ir além da denúncia genérica do neoliberalismo; a investigar com rigor cada efeito dos atos do governo.

A imprensa de resistência não merecerá este nome se não for além da denúncia genérica do neoliberalismo

Brasil Agora não dispensará as análises de conjuntura — baseadas sempre nos fatos concretos de cada semana, não nos palpites de sua Redação. Mas precisa ter empenho (e condições materiais) para reportar, com informações inéditas, o massacre dos sem-terra de Rondônia; para revelar os riscos de quebra dos “bancos médios de varejo”, em virtude da onda de inadimplência provocada pelo Real; para retratar o aumento insuportável dos aluguéis e o drama das famílias obrigadas, em consequência, a rebaixar sensivelmente seu padrão de vida.

As condições materiais difíceis (a equipe “permanente” do jornal resume-se, a um editor, uma repórter e dois colaboradores em tempo parcial; há frequentes atrasos no pagamento a gráficas, fotolitos e outros fornecedores) têm feito de *Brasil Agora* um quinzenário com tendências a atrasar uma semana a cada duas edições. Ainda assim, o jornal tem sido elogiado por sua “atualidade”: todos os números abordaram, na capa e na quase totalidade das matérias, fatos destacados dos dias próximos ao período de circulação.

Idéia é fazer do jornal alternativa de imprensa ao neoliberalismo, e transformá-lo em semanário até o fim do ano

Seis meses depois do relançamento de *Brasil Agora*, o jornal está iniciando entre os leitores um debate sobre seu futuro. A direção e os redatores consideram que, ainda que relevantes, os avanços alcançados desde abril são insuficientes. Entendem que a ampla adesão da “grande” imprensa ao neoliberalismo e ao governo FHC abrem espaço para o surgimento de um jornal claramente identificado com a oposição, e integrado ao esforço de construir uma alternativa popular para o país. Querem fazer de *Brasil Agora* esta publicação. Consideram, além disso, que é possível dar dois passos editoriais significativos. Propõem transformar o jornal num semanário, e lançar um informati-

vo eletrônico no âmbito do Sistema Alternex e da Internet.

A equipe de *Brasil Agora* sabe, no entanto, que tais objetivos só serão alcançados através de um grande esforço, em que estejam envolvidos os assinantes e forças políticas dispostas a enfrentar — e a romper, num prazo mais longo — a ampla dianteira dos conservadores no debate de idéias. Um novo projeto para o jornal precisa ser, por isso mesmo, debatido e amadurecido entre muitos.

O texto publicado abaixo, apresentado inicialmente durante o 10º Encontro Nacional do PT, pretende provocar este debate, ao qual estarão abertas as páginas do jornal, nas próximas edições.



ILUSTRAÇÕES: CECÍLIA LUEDEMANN

Os planos para o semanário prevêem: 1. Montar, a partir de outubro, uma equipe fixa de quatro redatores; 2. Estabelecer uma rotina de trabalho capaz de colocar nas mãos dos leitores, a cada segunda-feira, um tablóide de doze páginas que enfrente os acontecimentos mais destacados da semana que passou, e debata os temas indispensáveis à construção de uma alternativa democrático-popular ao neoliberalismo.

Um tablóide de doze páginas que debata, toda segunda-feira, os acontecimentos mais destacados da semana

A essência desta rotina de trabalho é o exame, a cada manhã, de todos os fatos relevantes da véspera. O editor e os quatro redatores servem-se, para isso, de um método conhecido como o "desmonte" dos jornais diários, e já executado, em caráter embrionário, pela redação atual. É este esforço que tem permitido atualizar diariamente a pauta de cada edição, e que garantirá, com a equipe ampliada, a organização de um centro de documentação capaz de subsidiar o trabalho dos colaboradores.

Mesmo nas condições precárias que *Brasil Agora* enfrenta, a experiência já demonstra: amplamente informada sobre os fatos mais destacados de cada dia, mesmo uma redação "enxuta" pode mobilizar um grande número de jornalistas, intelectuais e colaboradores em geral — que não encontram espaço na "grande imprensa". Das nove páginas de matérias do semanário (excluídas a capa, cartas e expediente, e editoriais) cerca de quatro serão redigidas por estes colaboradores — e editadas pela equipe. Cinco serão produzidas pela própria redação. Destas, duas serão dedicadas a um "resumo", crítico e bem-humorado, da semana que passou.

Mesmo uma redação "enxuta" pode mobilizar um grande número de jornalistas, intelectuais e outros colaboradores

Como vem acontecendo desde o relançamento, *Brasil Agora* não será apenas um jornal "conjuntural". Abrirá espaço para o debate de temas como a defesa do meio-ambiente; os novos processos de produção industrial e suas conseqüências para a organização dos trabalhadores; os direitos e as lutas dos grupos sociais discriminados; a cultura e o esporte.

A substituição dos "jornalões" por noticiários eletrônicos, atualizados 24 horas por dia e disponíveis em tela de computador, parece ser uma tendência irreversível. Todos os quatro grandes jornais do Rio e de S.Paulo, mais a revista "Veja", já dispõem, ou se preparam para lançar, edições via Internet. A "Folha" e o "Estado" vendem, além disso, CD-roms com a súmula de cada ano. Em outros países, o processo está ainda mais avançado.

Brasil Agora precisa pôr um pé no jornalismo eletrônico. Não só com vistas ao futuro: fazê-lo é um modo de expandir, desde já, o círculo de influência do jornal, e de conquistar um grande número de colaboradores voluntários.

Inaugurada há cerca de uma década e em rápido crescimento depois que entraram em funcionamento os serviços comerciais da Internet, a rede de comunicação eletrônica Alternex permite organizar, com grande eficiência e custo próximo de zero, um sistema de envio e recepção de notícias de âmbito mundial.

A substituição dos "jornalões" por noticiários eletrônicos, atualizados 24 horas por dia, pode ser tendência irreversível

Da Alternex (e das cerca de 15 redes similares em todo o mundo ligadas a ela) participam centenas de agências de notícia alternativas, entidades populares, movimentos em defesa do meio-ambiente, Organizações Não-Governamentais e indivíduos. Circulam diariamente pelo sistema informações inéditas e de grande valor jornalístico: são sindicatos de professores bolivianos que apontam as conseqüências da adoção de políticas neoliberais no sistema de ensino de seu país; militantes do Greenpeace que relatam o protesto promovido em Pequim e os efeitos dos testes nucleares chineses; seringueiros do Acre que denunciam um novo conjunto de medidas do governo estadual em favor dos desmatadores.

Brasil Agora acaba de manter contatos com a ALAI — Agência Latino-americana de Informação — para implantar no Brasil uma "conferência" de informações no âmbito da Alternex e das redes a ela associadas. A "conferência" colocará diariamente à disposição de todos os associados às redes um noticiário brasileiro produzido a partir da "desmontagem" dos jornais diários feita pela redação de *Bra-*



sil Agora; e o noticiário latino-americano da ALAI.

O serviço pode ser de grande valia para sindicatos, núcleos de partidos progressistas e mesmo jornais de pequenas cidades, no Brasil. Pode servir também para brasileiros que procuram notícias do país no exterior, e para estrangeiros preocupados em conhecer a visão do jornal a respeito dos assuntos nacionais.

Através da própria "conferência", e dos outros serviços oferecidos pela Alternex, *Brasil Agora* pode ter uma fonte de notícias inéditas sobre fatos nacionais e estrangeiros.

A proposta de manutenção de *Brasil Agora* aprovada em 27/01/94 pelo Diretório Nacional do PT levava em conta três objetivos fundamentais:

"Conferência" de Brasil Agora via Alternex produzirá diariamente um noticiário brasileiro e latino-americano

1. Fazer um jornal de boa qualidade que ajudasse o PT a enfrentar os desafios de uma conjuntura de ofensiva do neoliberalismo comandada pelo governo FHC. A opinião dos leitores (através de inúmeras cartas), de dirigentes e militantes das mais variadas tendências do partido é que *Brasil Agora* retornou com qualidade, tanto a nível de forma como de conteúdo. Isso permite afirmar que foi alcançado o primeiro objetivo da proposta aprovada no fim do ano passado.

2. Reduzir ao máximo a dívida do jornal (que vivia uma situação pré-falimentar) no período de dezembro de 94 a abril de 95. Podemos dizer que este objetivo foi em grande parte realizado, porque a dívida de R\$ 204.668,72 foi abatida em R\$ 119.531,00 (entre débitos trabalhistas, fornecedores e indenizações). Resta pagar R\$ 84.148,02.

Últimos meses confirmaram o acerto da previsão de editar um jornal de boa qualidade com custos reduzidos

3. Reduzir o custo de funcionamento mensal do jornal para R\$ 23.300,00. Este perfil foi alcançado (pela média) nos cinco meses de circulação, confirmando o acerto da previsão de editar um jornal de boa qualidade com custos reduzidos.

Se é verdade que estes dados positivos apontam para consolidação definitiva de *Brasil Agora*, é preciso deixar bastante claro que alguns problemas ainda ameaçam sua continuidade. Usando uma linguagem de medicina legal, podemos dizer que o jornal saiu da porta do cemitério, passou com sucesso pela UTI e está na porta de saída do hospital. Vai retomando a credibilidade editorial junto aos leitores e assinantes, realiza alguns avanços no terreno administrativo e retoma a dinâmica de vendas de assinaturas. Mas é inegável que ainda não está totalmente recuperado, em condições de funcionamento autônomo.

A falta de regularidade nos repasses financeiros do Diretório Nacional; as dificuldades de alcançar as metas de assinaturas devido ao longo período de desgaste do jornal; e finalmente a própria crise econômico-financeira, que atinge a população potencialmente interessada no *Brasil Agora*, impediram até agora a conquista de um patamar de vendas que garantisse a auto-sustentação.

A formação de uma nova equipe de vendas na sede do jornal, as mudanças na política de vendas em alguns estados e, sobretudo, a recuperação recente da credibilidade do jornal permitiram atingir um faturamento mensal que cobre 55% dos custos do *Brasil Agora*.

A auto-suficiência financeira é, portanto, um objetivo de curto prazo, na medida em que as planilhas de vendas assinalam a necessidade de aportes mensais de R\$ 11.000,00, durante os próximos três meses.

A profissionalização dos setores de administração e vendas precisa ser executada a curto prazo

Modificações mais profundas no terreno da administração e vendas precisam ser colocadas em andamento, com vistas à profissionalização a curto prazo destes dois setores.

**BRUNO MARANHÃO, DIRETOR,
E ANTONIO MARTINS, EDITOR
DE BRASIL AGORA**

O MÉXICO REBELDE DE IGOR FUSER

Jornalista brasileiro desafia nova onda de otimismo dos conservadores e aposta: o aluno-modelo do neoliberalismo está diante de uma encruzilhada histórica



ARQUIVO BRASIL AGORA

BA- O livro promete uma boa briga. Há alguns meses os jornais repetem que a crise do México está encerrada. Você sustenta, enquanto isso, que o país vive um impasse. Quem está com a razão?

IF- O interessante é que estamos ambos. O ajuste iniciado pelo governo Zedillo é um sucesso, do ponto de vista do governo dos EUA, dos grandes empresários mexicanos, do FMI, e do Banco Mundial. O peso parou de cair desde março, as exportações superaram em muito as importações e as reservas de dólares do país estão se recompondo. O México voltou a ser uma opção atraente para os investidores estrangeiros.

“Recuperação se faz às custas da grande maioria. País exporta, e empresas se recuperam, porque o povo parou de consumir”

O chato é que essa “recuperação” só se faz às custas da grande maioria dos mexicanos. O país exporta, e as empresas se recuperam, porque o povo parou de consumir. Só nos primeiros meses de 95, foi demitido um milhão de trabalhadores, num país que precisaria gerar a cada ano um milhão de empregos novos. O encolhimento econômico vai ficar entre 8 e 10% — pelo menos quatro vezes pior que as recessões mais bravas do Brasil.

BA- Você toma emprestada uma expressão do escritor peruano Mário Vargas Llosa para caracterizar o regime mexicano. Seria a “ditadura perfeita”. Por que?

IF- O sistema político mexicano tem, por fora, as características de uma democracia. Não há golpes de Estado, nem censura, nem partido único. Os intelectuais são cortejados pelo regime, que além de

tudo se dá ao luxo de apoiar movimentos de esquerda em vários países da América Latina.

Mas as eleições são sempre fraudadas e o PRI confunde-se com o próprio Estado. A bandeira do partido está pintada em inúmeras obras públicas espalhadas pelo país, algo que nem o PFL do nordeste tem coragem de fazer.

Há uma repressão oculta — mas nem por isso menos violenta. Os sindicatos oficiais são vinculados ao PRI, e nenhum trabalhador pensa em lançar chapa de oposição sindical. A primeira consequência é a demissão, a segunda o espancamento.

Diferentes órgãos ligados ao governo, oficiais e clandestinos, promovem seqüestros de militantes, aplicam torturas e matam. O PRD, frente de oposição de centro-esquerda, denuncia que nos seis anos do governo Salinas de Gortari foram assassinados 250 de seus militantes, o mesmo número de vítimas da ditadura brasileira em duas décadas.

BA- Poucos meses antes da crise mexicana eclodir, o PRI teve, nas eleições presidenciais, uma vitória política muito expressiva. A que ela se deveu?

IF- Primeiro, quando o atual presidente Ernesto Zedillo foi eleito não havia entre os mexicanos a percepção de que o país estava em crise. A moeda permaneceu estável, a fuga de divisas foi mascarada.

“Em seis anos do governo Salinas foram mortos 250 opositores, o mesmo número de vítimas da ditadura brasileira”

Havia, além disso, algo que parece marcar o ambiente político no neoliberalismo. É a venda de expectativas. Você acalenta as pes-

soas com a idéia de que “agora sim”, as coisas vão melhorar: “agora” estamos fazendo as reformas, “agora” estamos nos integrando aos EUA, “agora” estamos saneando a economia. Esse foi o discurso que deu a vitória ao PRI.

BA- O livro também aborda em profundidade o Pronasol, programa no qual o governo brasileiro se inspira ao propor o “Comunidade Solidária”. Qual foi o papel do Pronasol na vitória eleitoral do PRI?

IF- Foi decisiva. Embora tenha sido concebido e executado por um dos governos mais corruptos do mundo, o Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol) mexicano não foi corrupto. Ao contrário: em relação a seus objetivos, foi um programa extremamente eficaz e bem sucedido.

“Depois de seis anos de Pronasol o país estava muito mais pobre. Mas o programa garantiu a vitória eleitoral do PRI”

Dos 26 bilhões de dólares arrecadados com as privatizações, US\$ 10 bi foram investidos no Pronasol. As comunidades beneficiadas foram escolhidas com base em mapas eleitorais: eram aquelas em que o PRI havia perdido as eleições de 89, e planejava uma virada. O dinheiro chegava efetivamente a elas sem nenhuma burocracia, e com uma agilidade impressionante. Baseava-se, além disso, em mutirões. As comunidades se reuniam e decidiam pavimentar uma rua. Formavam um Comitê de Solidariedade, pediam dinheiro ao governo e entravam com a força de trabalho.

É evidente que depois de seis anos de governo Salinas, todos os dados estatísticos comprovam que

os mexicanos no seu conjunto estavam bem mais pobres. Tinham menos instrução, menos saúde, menos habitação, menos comida do que antes. A própria essência do neoliberalismo implica em destinar cada vez menos verbas a estas áreas. Mas o Pronasol foi um sucesso de marketing político inquestionável. É preciso estar atento a isso. Em minha opinião, o governo FHC é refinado a ponto de tentar uma manipulação semelhante.

BA- Fala-se que a integração aos grandes blocos internacionais é uma saída para a crise brasileira. Qual foi o resultado da adesão do México ao Nafta?

IF- A idéia que de alguma maneira legitimou o Nafta foi o sucesso da União Européia. Na verdade, porém, são coisas muito diferentes. Na Europa você tem alguns países um pouco mais pobres, como Portugal e a Grécia, mas o núcleo são países com características bastante parecidas. Inglaterra, França, Alemanha, Itália, e Bélgica, podem negociar mais ou menos de igual para igual. Você diria o mesmo da relação entre México e Estados Unidos?

Uma segunda característica é que a integração que os EUA fizeram com o México é puramente comercial e aduaneira — não econômica ou social. Trata-se da livre circulação de capitais, e sobretudo da abolição das tarifas aduaneiras dentro do bloco. Não há nada no sentido de estabelecer políticas industriais comuns, de aplicar políticas sociais compensatórias, de reestruturar as economias das regiões menos competitivas, como se faz na Europa. No Nafta, abrem-se as fronteiras e a partir daí são as leis do mercado.

Uma terceira diferença fundamental é que o modelo do Nafta é

de livre circulação de capitais, mas não de pessoas. No caso do México isso é gritante, porque os EUA erguem na fronteira entre os dois países um Muro de Berlim latino-americano. Esse é o modelo que está sendo proposto para América Latina inteira.

BA- O espaço institucional criado desde dezembro com a crise do PRI tem sido ocupado por um partido de direita, o PAN. Por que a esquerda parlamentar é incapaz de ocupar este espaço?

IF- A esquerda mexicana não está numa situação melhor do que a brasileira, exceto pela particularidade da existência do zapatismo. O PRD está dividido praticamente em dois: o partido do ex-candidato a presidente Cuhaltémoc Cárdenas e o do secretário-geral Porfirio Muñoz Ledo. A ala esquerda, do Cárdenas, aposta numa linha de confronto com o governo de Ernesto Zedillo, e aproxima-se do zapatismo. A ala direita propõe o diálogo com o governo em torno de reformas políticas e econômicas pontuais.

“A idéia que de alguma forma legitimou o Nafta foi o sucesso da União Européia. Mas a versão americana é muito pior”

O PAN é o partido mais oportunista que já vi: doutrinariamente, é ainda mais de direita, neoliberal e pró-americano que o PRI. Mas no Congresso é capaz, pelo menos por enquanto, de votar contra a política que ele próprio defende.

BA- Você acredita que o zapatismo possa se colocar como alternativa a esse PRD dividido?

IF- Eles acabam de dar uma demonstração de força impressio-

Chega às livrarias em 10 de outubro México em Transe, um livro que promete provocar polêmica. No momento preciso em que as bolsas de valores dos “mercados emergentes” superam as perdas provocadas pelo terremoto financeiro mexicano de dezembro de 94, o jornalista Igor Fuser sustenta que o pesadelo ainda não acabou. Duas hipóteses muito instigantes sobressaem ao longo da obra: 1. Não há, para a imensa maioria dos mexicanos, perspectiva de melhora sob o atual regime. Os planos de “recuperação” do governo Zedillo só darão certo se o povo aceitar sacrifícios ainda maiores; 2. No país que foi a vitrine do neoliberalismo por dez anos surgiu também uma resposta de esquerda inovadora, o zapatismo do “subcomandante Marcos”. Ele não é hoje apenas “mais um” movimento guerrilheiro, mas uma ameaça séria ao sistema.

México em Transe não é um tratado modorrento de especulação política, mas uma grande reportagem. A força das idéias de Igor está nos fatos que ele viu — e que soube enxergar sem preconceitos. Editor de Internacional da revista “Veja”, o autor visitou o México várias vezes. Em 89, entrevistou o então presidente Carlos Salinas de Gortari, e chegou a se animar com

o que parecia um “milagre” econômico. Não foi o único. Mais ou menos à mesma época, o escritor colombiano Gabriel García Márquez entusiasmou-se a tal ponto com o Pronasol, o lado “social” do modelo econômico mexicano, que chegou a afirmar que gostaria de escrever o livro “Cem anos de Solidariedade”.

Seis anos depois, Igor retornou ao México para cobrir para “Veja” a debacle financeira do país. Percebeu que estava diante de algo muito maior: o sonho de “modernidade” alardeado pelas elites mexicanas desfazia-se em demissões em massa, sucateamento da indústria nacional e miséria.

Igor voltou ao Brasil convencido da necessidade de uma terceira viagem, realizada por conta própria em fevereiro deste ano. Das observações colhidas nos centros do poder da Cidade do México e nos povoados miseráveis do estado de Chiapas nasceu México em Transe. Devora-se o livro numa sentada. Riquíssimo em fatos políticos e econômicos, ele jamais se transforma, no entanto, num tratado. Igor costura dados estatísticos com cenas da vida cotidiana e até piadas, num texto vibrante que se lê ao mesmo tempo com assombro e com prazer. (A.M.)



nante. Imagine o que significa um grupo de guerrilheiros convocar um plebiscito entre a população, submeter ao povo seu futuro político, alcançar 1,2 milhão de votos e obter amplo apoio internacional.

“O PRD está dividido em duas alas. Uma delas aproxima-se do zapatismo, outra quer negociar com o governo”

Se o zapatismo formar realmente um partido político legal — eles não informaram ainda a resposta do plebiscito —, isso vai ter impacto impressionante na vida política mexicana. É difícil prever o que vai acontecer daí em diante. Esse partido vai se coligar com o PRD? O PRD vai rachar? Há várias articulações para formar um novo partido com dissidentes moderados do PRD e dissidentes do PAN.

BA- Os grandes jornais construíram uma série de mitos acerca do zapatismo. Procuram apresentá-lo, muitas vezes, como um movimento ingênuo e espontâneo.

“Um partido zapatista teria enorme influência sobre a política mexicana. Mas ainda não saiu o resultado do plebiscito”

IF- A primeira coisa que é importante deixar claro é o que o zapatismo nada tem de espontâneo. Também não é uma espécie de “reformismo armado”, como eu mesmo cheguei a escrever certa vez. O Exército Zapatista, o EZLN, é um grupo de esquerda marxista, originário da guerrilha urbana da década de 70. Nada existe em seus documentos que indique um abandono dessas ideias de fundo.

BA- Mas você relata no livro o grande choque entre as concepções iniciais dos zapatistas e a realidade que eles encontraram em Chiapas, quando chegaram à região.

IF- Quando começaram o movimento eles eram um grupo foquista. Foram a Chiapas para constituir um foco guerrilheiro. Entraram na selva em 1983. Criaram o Exército Zapatista, começaram a fazer treinamento na selva, tentaram se aproximar da população. No início tiveram muita dificuldade. Havia outras forças atuando no estado de Chiapas, que hegemonizavam o movimento camponês e privilegiavam os métodos pacíficos.

“Os guerrilheiros passaram a dizer às comunidades: ‘somos revolucionários, mas a luta e as decisões são de vocês’”

Os zapatistas tinham desde o início o projeto da luta armada. Permaneceram na selva e foram crescendo à medida que os métodos pacíficos foram se mostrando ineficazes. Passaram a se ligar às organizações camponesas em Chiapas oferecendo cursos de autodefesa, ajudando as comunidades camponesas a se organizarem

Índios tepehuanos manifestam-se pelos zapatistas: apoio popular à guerrilha multiplicou-se, depois que ela decidiu submeter seu destino às comunidades de Chiapas

em armas para enfrentar os bandos de jagunços dos fazendeiros.

BA- O “subcomandante Marcos” sustenta que todas as decisões estratégicas do movimento são debatidas com as comunidades de Chiapas, e decididas por elas.

IF- A partir de um dado momento, aquele núcleo de militantes de esquerda que se implantou na selva Lacandona começou a dizer às comunidades: “nós somos revolucionários, mas a luta não é nossa — é de vocês. Nós nos subordinamos às decisões, ao comando po-

lítico de vocês”. A partir daí o zapatismo cresce e se enraíza muito nas comunidades de Chiapas.

A própria luta armada em Chiapas foi decidida num plebiscito no qual votaram 20 mil pessoas. A legitimidade que eles conquistaram naquela região só foi possível a partir disso. Mantém o método até hoje: cada vez que vem uma proposta do governo, eles reúnem os líderes das comunidades e discutem até chegar a uma resposta.

Veja um paralelo emblemático: enquanto o Sendero Luminoso

corta os dedos dos camponeses que participam das eleições, o EZLN convida as comunidades indígenas a decidirem no voto o futuro político do movimento.

BA- O zapatismo alcançou enorme repercussão internacional. Você acredita que eles podem contribuir com a renovação do projeto socialista?

IF- É muito difícil falar sobre a contribuição dos zapatistas ao socialismo, inclusive porque as próprias posições deles são muito pouco explicitadas. Mas mostram que a luta de classes não acabou. E recolocam a questão da luta armada, rompendo com a dicotomia entre revolução e a democracia. Por fim, e independente de um juízo de valor sobre a tática, a estratégia e os objetivos deles, duas coisas podem com certeza ser lição para as esquerdas da América Latina: a coerência e a generosidade que marcam este movimento.

“Não sei se o EZLN pode ajudar na renovação do socialismo. Mas me chamam atenção a coerência e a generosidade deles”

Os zapatistas não estão lutando por cargos no aparelho de Estado, por prestígio ou poder. Estão arriscando a vida, numa correlação de forças extremamente desfavorável, em função daquilo em que acreditam. Poderiam estar todos numa boa, disputando prefeituras, recebendo verbas e dirigindo órgãos do governo. Mas escolheram outro caminho.

ENTREVISTA A ALON FEUERWERKER, ANTONIO MARTINS E CECÍLIA LUEDEMANN

México em Transe, de Igor Fuser. Editora Scritta, 246 páginas, R\$ 25. Lançamento 10 de Outubro, 19h30, à Rua Augusta, 1.470 — São Paulo.



ARQUIVO BRASIL AGORA

A Casa das Rosas - Galeria dos Museus, recentemente reaberta em São Paulo —, vai homenagear, em seu primeiro mega-evento, que começa em dezembro e dura três meses, não um artista plástico, mas um gênio brasileiro.

Isso mesmo, um gênio de verdade. E brasileiro! Sim, existe, ou pelo menos existiu: o nome dele era Mário Schenberg. Nascido no Recife, em 1904, ele morreu em São Paulo em novembro de 1990. A exposição vai chamar "O mundo de Mário Schenberg". Mas que fez ele? Isso faz lembrar uma historinha contada pelo Vicentinho, presidente da CUT. Um metalúrgico de São Bernardo do Campo perguntou a um dirigente sindical, segundo Vicentinho, "o que fez esse tal de Einstein?" O sindicalista coçou a cabeça e sapecou: "Olha, companheiro, ele fez o que pôde!"

Einstein incluía Schenberg entre os dez grandes físicos do século e o possível continuador da Teoria da Relatividade

Pois esse Einstein que "fez o que pôde", um dos maiores gênios de todos os tempos, citou Mário Schenberg como um dos dez maiores físicos do século. E afirmou certa vez que Schenberg seria o único cientista capaz de dar continuidade ao seu trabalho, com relação à Teoria da Relatividade. Mas Schenberg não era só físico. Para ele, alíás, a compartimentação dos indivíduos em profissões era um fator de alienação. Coerente com suas idéias, navegava por tudo quanto era atividade humana. Era um respeitado crítico e colecionador de arte, militante político e opositor do regime militar. Interessava-se pela religiosidade. No seu interesse pelo desconhecido, estudou as culturas orientais e as que o preconceito chama de "primitivas". Outro físico brilhante, Rogério César Cerqueira Leite afirmava que ele era um "materialista místico, apesar da contradição".

Deputado do PCB em 45 e cassado em 47. Nas artes, descobriu talentos como Volpi, Aguilar e Clark

Como físico, realizou vários trabalhos sobre mecânica quântica e geometrias, estudou o fim de certos tipos de estrelas, pesquisou eletromagnetismo e gravitação. Trabalhou com vári-

MÁRIO SCHENBERG PARA TODOS

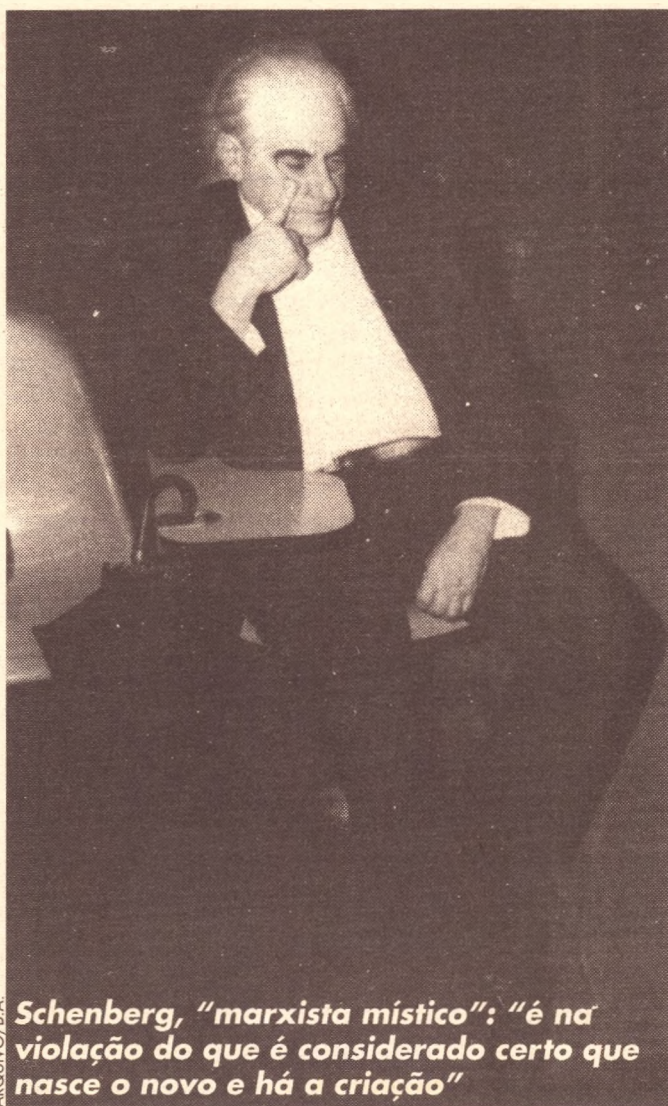
São Paulo homenageia, num grande evento em dezembro, um gênio brasileiro da ciência e das artes

os cientistas que depois ganharam o Prêmio Nobel: Russel, Enrico Fermi e Gamow, a quem ajudou a criar uma teoria sobre as estrelas supernovas. Muitos colegas estrangeiros acreditavam que se, em vez de voltar ao Brasil, ele tivesse ficado na Europa, também ganharia o Nobel. Em 1969 foi aposentado compulsoriamente pelo regime militar, sendo afastado como professor da USP.

Como militante político chegou a ser deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro, eleito em 1945, e cassado em 1947. Mas era um comunista com uma boa dose de anarquia. Isso ficava claro na manifestação de seu lado artístico:

sempre apoiando movimentos de vanguarda. Apesar de famoso, dedicou bom tempo a artistas então desconhecidos, apresentando gente como Volpi, José Roberto Aguilar e Lygia Clark.

Um lado importante de Schenberg era o humor. Ria de si mesmo e não se levava a sério. Tinha coragem de se expor. Dizia que "é preciso ter coragem de fazer uma coisa que pareça absurda, que aparentemente contradiga as leis existentes". Lembra-va que a Teoria da Relatividade e a Mecânica Quântica surgiram como violações flagrantes à Física Clássica, durante muito tempo vista como "definitiva" pelos



Schenberg, "marxista místico": "é na violação do que é considerado certo que nasce o novo e há a criação"

cientistas. E sustentava: "é na violação do que é considerado certo que nasce o novo e há criação". São pensamentos que deveriam ser examinados hoje, quando tantos antigos revolucionários assimilam e repetem as noções de "certo" e "errado" alardeadas pela "modernidade" conservadora.

Era um "comunista com boa dose de anarquia". Zombava de si mesmo. Aconselhava a desafiar as "verdades científicas"

Dirigida atualmente por um amigo e admirador de Mário

Schenberg, o artista plástico José Roberto Aguillar, a Casa das Rosas vai fazer exposições "interativas", em que o público participa ativamente. Cada evento vai ocupar toda enorme área da Casa, e durará três meses. A primeira terá como tema Mário Schenberg, e cada sala reproduzirá uma cena de sua vida: Schenberg com Einstein; a reprodução de seu apartamento cheio de refugiados políticos, conspiradores e artistas; seus escritos; uma cela do Deops de São Paulo, onde esteve preso; os militantes do PCB (Carlos Mariguella e Villanova Artigas, por exemplo) que conviveram como o homenageado; algumas das obras de arte com as quais se ligou;

os retratos feitos por artistas amigos.

Em cada sala, um terminal de computador ligado à Internet dará aos interessados a oportunidade de ver e ler imagens relacionadas à exposição, imprimir textos ou quadros e até receber textos e imagens. O catálogo da exposição deverá ter quase 500 páginas. Para isso desenvolve-se um intenso trabalho de pesquisa, que conta com a assessoria da artista plástica Márcia Azevedo, da produtora Cláudia Vendramini Reis, e do apoio de muitos "Quixotes".

MOUZAR BENEDITO, JORNALISTA

Casa programa mais eventos

A Casa das Rosas programa outras exposições com o mesmo porte de "O mundo de Mário Schenberg". Em março será a vez de "São Janeiro de Rio Paulo", feita simultaneamente com outra no Paço Imperial do Rio de Janeiro. Ambas antecipam uma visão da megalópole São Paulo-Rio. Haverá a utilização de recursos que permitam o "transporte" de partes de uma das duas cidades para a outra: misturar Avenida Copacabana com São João, por exemplo.

Outra exposição será "Iconoclastias culturais", uma mostra de atos contra o convencionalismo da arte em sua época. Serão enfocadas a Semana de Arte Moderna, de 1922, o passeio de saíote do artista plástico Flávio de Carvalho, na década de 50, o culto à marginalidade de Hélio Oiticica, anti-heróis culturais, como José Agripino de Paula, o cinema transgressivo de Rogério Sganzerla e Júlio Bressane e muitos outros.

Construída em 1935, para uma das filhas do arquiteto Ramos de Azevedo, a Casa das Rosas foi habitada até 1986, pela mesma família. Inspirada no modelo arquitetônico dos casarões franceses, foi construída com o melhor material disponível e dotada de acabamento requintado e cheio de detalhes.

Tombada pelo Condephaat, foi desapropriada pelo governo do Estado e inaugurada como "galeria dos museus" em 1991. Esteve fechada e foi reaberta em setembro deste ano, enfrentando no entanto a tradicional falta de recursos que caracteriza tudo que se relaciona à cultura no Brasil. Para poder fazer os trabalhos a que se propõe, a direção criou a Sociedade dos Amigos da Casa das Rosas, aberta aos interessados e mecenas em geral. Aceita-se qualquer tipo de doação. Pode-se descontar parte delas do imposto de renda.

A Casa das Rosas fica na Avenida Paulista, 37 - São Paulo - SP. O telefone é 251-5271. Está aberta de terça e domingo, das 12 às 20 horas.